

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS- CECEN  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**RAUL MATHEUS DO VALE COSTA**

**O Matriarcado e os papéis Femininos no Egito e Núbia Antiga**

São Luís

2021

**RAUL MATHEUS DO VALE COSTA**

**O Matriarcado e os papéis Femininos no Egito e Núbia Antiga**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

São Luís

2021

**RAUL MATHEUS DO VALE COSTA**

## **O Matriarcado e os papéis Femininos no Egito e Núbia Antiga**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

Aprovada em:    /    /    .

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva  
Universidade Estadual do Maranhão  
(Orientadora).

---

1º Examinador

---

2º Examinador

## AGRADECIMENTOS

Eu agradeço primeiramente à minha orientadora Tatiana Raquel Reis Silva, por ter me concebido a oportunidade de trabalhar a antiguidade do Nordeste Africano. À Ana Livia Bonfim Vieira por ter me introduzido nos estudos da antiguidade e por ter nutrido a minha paixão pela história do recorte antigo, e pela bolsa de pesquisa que me concebeu importantes experiências para construir esse trabalho.

Dos membros da minha família, eu agradeço primeiramente ao meu pai José Jessé Costa, que sempre me incentivou a continuar a escrever sobre o passado do continente Africano. Agradeço às minhas tias Antônia Venina Costa e Josethe Maria Costa, por serem o meu norte nas decisões que tomei na minha trajetória acadêmica e fortalecerem a minha confiança nas minhas capacidades e potencialidades.

Aos meus amigos, eu sou eternamente grato pelas experiências que tive ao longo do curso, eu cativo enorme carinho por todos os meus colegas de turma, 2016.1 para a vida. Samir de Barros Rebêlo, um grande e fiel amigo, este que me acompanhou desde o início da minha jornada acadêmica, me ajudou a suportar as várias inseguranças e conflitos internos, assim como se tornou um grande irmão. Vanessa Maria Costa, uma grande amizade que pretendo levar para o sempre, pessoa com que desfrutei momentos engraçados e dividi situações complicadas, mas ambos evoluímos e nos tornamos pessoas melhores juntos, eu te amo.

Agradeço à Victor Eduardo Araújo de Jesus Costa, uma amizade inesperada que me fez repensar todas as minhas atitudes no decorrer do curso, me auxiliou diversas vezes e me ajudou a me tornar um melhor pesquisador, a acreditar mais em meu próprio potencial, que me reforçou todas as ferramentas que o bom pesquisador necessita usar para ter sucesso. Agradeço à Nicole Raiane de Moraes, uma amiga que dividiu suas experiências, e também me auxiliou a aprimorar não só enquanto pessoa, mas também como um pesquisador.

Por fim agradeço à Universidade Estadual do Maranhão, à todo o corpo docente do curso de História Licenciatura, em especial àqueles que ajudaram na minha formação

acadêmica. Agradeço ao núcleo de pesquisa do NEAFRICA por todo o conhecimento proporcionado nos encontros e reuniões de pesquisa.

Muito obrigado a todos!

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa problematizar as percepções deterministas ocidentais sobre as civilizações do Egito e da Núbia (Nordeste da África) durante a antiguidade, propondo assim o distanciamento de muitos arquétipos que o olhar ocidental tem sobre “origem”, “matriarcado”. A expressão “matriarcado” foi difundida pelos antropólogos: Johann J. Bachofen, Friedrich Engels e Lewis H. Morgan, estes desenvolveram o conceito a partir de uma estrutura evolucionista no fim do sec. XIX, sendo o matriarcado o estágio mais primitivo, e o patriarcado o degrau mais avançado dessa escala. Cheikh Anta Diop, considerado o precursor do afrocentrismo, e distante de pensar essas relações matriarcado/patriarcado pela perspectiva do poder feminino, introduz um corpo lógico totalmente inovador para conceituar o matriarcado, usando a civilização egípcia enquanto objeto de estudo. O teórico senegalês foi o primeiro a incorporar o Egito a um berço de raiz negroide, questionando muitos princípios defendidos pela Egiptologia. É importante observar o Egito, e as relações entre homens e mulheres, com um olhar cauteloso, pois, dependendo das camadas sociais que estes sujeitos se inserem, as dinâmicas fluem de formas diferentes. A exemplo das grandes rainhas que fizeram história com os seus feitos atemporais, em detrimento das mulheres camponesas que poucos registros de suas atividades temos para reconstruir suas respectivas histórias.

**Palavras-Chave:** Matriarcado; Afrocentrismo; Poder Feminino; Egiptologia.

## **ABSTRACT**

The present course conclusion work aims to problematize western deterministic perceptions about the civilizations of Egypt and Nubia (Northeast Africa) during antiquity, thus proposing the distancing of many archetypes that the Western gaze has on "origin", "matriarchy". The expression "matriarchy" was used by anthropologists: Johann J. Bachofen, Friedrich Engels and Lewis H. Morgan, who developed the concept from an evolutionary structure at the end of the sec. XIX, with matriarchy being the most primitive stage, and patriarchy the most advanced step of this scale. Cheikh Anta Diop, considered the precursor of Afrocentrism, and far from thinking about matriarchy/patriarchy relations from the perspective of female power, introduces a completely innovative logical body to conceptualize matriarchy, using Egyptian civilization as an object of study. The Senegalese theorist was the first to incorporate Egypt into a cradle of Negroid roots, questioning many principles defended by Egyptology. It is important to observe Egypt, and the relations between men and women, with a cautious look, because, depending on the social strata that these subjects belong to, the dynamics flow in different ways. Like the great queens who made history with their timeless deeds, to the detriment of peasant women who have few records of their activities to reconstruct their respective histories.

**Key words:** Matriarchy; Afrocentrism; Female power; Egyptology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. As origens do Matriarcado: da matriz europeia à revisão africana .....</b>	<b>12</b>
1.1 O Matriarcado europeu .....	12
1.2 O Matriarcado africano: revisão dos conceitos.....	14
1.3 O Egito negro: a fonte do Matriarcado.....	24
<b>2. Uma análise do feminino no Egito Antigo .....</b>	<b>36</b>
2.1 Direito Egípcio, uma perspectiva comparada com o direito ocidental atual .....	36
2.2 Existiu “igualdade entre homens e mulheres” no Egito Antigo.....	40
2.3 Ofício Feminino.....	42
2.4 A prerrogativa religiosa.....	47
2.5 O matrimônio.....	50
2.6 As instruções e ensinamentos.....	51
2.7 Corpo feminino na arte da representação Egípcia (Novo Reino) .....	54
<b>3. Uma análise das anomalias detectadas no Matriarcado do Egito e Núbia.....</b>	<b>58</b>
3.1 Hatshepsut, a Mulher-Faraó.....	63
3.2 Cleópatra VII, a última rainha do Egito.....	71
3.3 As Candaces ( <i>Kandake</i> ).....	75
3.3.1 Rainha Shanakdakhete.....	79
3.3.2 Rainha Amanishaketo.....	82
3.3.3 Rainha Amanitore.....	84
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>



## INTRODUÇÃO

O conhecimento que adquirimos a partir do modelo ocidental segue uma linha cronológica construída para fortalecer os arquétipos e ideais de que somos resultado, ou seja, fazemos parte de um estudo isolado que nos mantém numa bolha à parte da história mundial. Absolvemos e reinterpretemos tudo o que não é ocidental, e produzimos assim discursos que constantemente estão fora do nosso local de emissão.

A antiguidade é um recorte temporal que ainda guarda muitas controvérsias. Analisar fontes que evidenciam algumas possibilidades de reconstruir o passado, seja ele próximo ou distante, tanto temporal ou espacialmente falando, é passível de seleção e ressignificações, dependendo assim do método e da finalidade em que o conhecimento está sendo construído. O indivíduo deve estar preparado, assim como deve estar aberto, à mais de uma teoria para explicar determinado objeto e deve, acima de tudo, descolonizar sua leitura de mundo.

Tendo ciência desse processo, se torna mais fácil detectar onde estão os domínios da interpretação ocidental sobre determinado contexto histórico, se tornando mais simples também o trabalho de se desvincular da prática de adotar esses conhecimentos enquanto exclusivamente legítimos e suficientes para esclarecer qualquer tipo de objeto de pesquisa que não seja de nosso local de emissão. Consequentemente o número de fontes documentais se amplia drasticamente, contribuindo para a confecção de pesquisas cada vez mais completas.

Porém esse molde acaba se tornando uma fórmula pouco difundida. Ainda é perceptível uma grande leva de historiadores que se prendem aos grandes nomes da história ocidental, pessoas que contribuíram em peso com teorias e fundamentos que passaram a se tornar regra no decorrer do tempo, à ponto de se tornarem referência obrigatória. Sendo um exemplo apenas de uma historiografia seletiva, esses “grandes nomes da história” outrora já foram só mais um ponto de vista entre muitos.

Partindo desse pressuposto, é importante continuar com o exercício de rompimento dos saberes tradicionalmente enraizados, e construir novos horizontes de perspectivas lógicas. A antiguidade do Nordeste da África guarda ainda um imenso mar

de questionamentos. A historiografia se propôs a retratar o passado egípcio contado por homens europeus (patriarcais) da elite intelectual, dotados de perspectivas eurocentristas e que abraçaram a civilização contando a sua visão de mundo sobre aqueles indivíduos. Sobre o conceito de eurocentrismo Muryatan Barbosa (2008) diz:

Para todos, entretanto, o eurocentrismo deve ser entendido como uma forma de etnocentrismo singular, qualitativamente diferente de outras formas históricas. Isso por que ele é a expressão de uma dominação objetiva dos povos europeus ocidentais no mundo. Neste sentido, Samir Amin (1994), por exemplo, definiu o eurocentrismo como a crença generalizada de que o modelo de desenvolvimento europeu-ocidental seja uma fatalidade (desejável) para todas as sociedades e nações. Segundo este autor, uma ideologia, cuja genealogia deveria ser buscada no Renascimento, remontando à gênese do capitalismo como sistema mundial, ou, em outras palavras, como modo de produção realmente existente. (BARBOSA, 2008, p. 47)

Barbosa deixa claro, o quanto a produção científica historiográfica do Iluminismo estava repleta dessa base etnocêntrica europeia e o quanto essa carga acumulada nas produções prejudicaram o olhar sobre outros contextos históricos e realidades sociais vivenciadas mundo a fora. A religião, a ciência, a cultura e os fatores econômico e tecnológico foram os setores que mais afirmaram superioridade frente à outros povos, é o que Barbosa vai chamar de “excepcionalidade europeia” (BARBOSA, 2008, p. 48)

Em contraponto à perspectiva eurocentrista, outro tipo de etnocentrismo é apontado por Barbosa, o “afrocentrismo”. Corrente teórica que surgiu na segunda metade do século XX, que objetivou reconstruir o olhar sobre o passado africano. Tendo como o precursor desse movimento o pesquisador e teórico senegalês Cheikh Anta Diop (1978), que simboliza um divisor de águas nesse extenso debate.

O primeiro grande historiador africano desta geração dos anos 1950 e 1960 foi o senegalês Cheikh Anta Diop, criador do Afro-centrismo.

Com esta tese, Diop perseguia um duplo objetivo. Primeiro, defender a africanidade do Egito Faraônico e, portanto, do mundo mediterrâneo antigo, de onde teria surgido maior parte das civilizações indo-europeias. Em segundo lugar, apoiar o princípio da unidade cultural africana. Isso porque, de acordo com Diop, os povos do continente africano teriam, em última instância, a mesma origem egípcia (*kemétiko*). Esta possuiria as seguintes características primordiais: estrutura matriarcal, a expressão dionisíaca da vida, o idealismo religioso, o coletivismo e o otimismo. (BARBOSA, 2008, p. 51)

## **1. As origens do Matriarcado: da matriz europeia à revisão africana.**

Para construir esse capítulo, o estudo minucioso da obra “A Unidade Cultural da África Negra: Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica” de Cheikh Anta Diop serviu enquanto base para refletir sobre os arquétipos de “matriarcado” e “patriarcado”. O matriarcado é um termo que até os dias de hoje possui leituras equivocadas sobre o seu real significado, de maneira geral é entendido enquanto um sistema relacionado a um poder feminino em detrimento do masculino. Diferente das teorias apresentadas pelos cientistas antropólogos europeus do sec. XIX, que concebiam o matriarcado enquanto um modelo de sociedade primitivo, Diop insere uma proposta completamente distinta dos mesmos.

### **1.1 Matriarcado europeu**

Para esclarecer sobre o que é o matriarcado Diop introduz em sua análise obras de escritores renomados do sec. XIX, o primeiro escritor do matriarcado o antropólogo Johan Jakob Bachofen com sua obra “Le droit de la Mère (Das Mutterrecht)” publicada em 1861; Lewis Henry Morgan que consolidou as perspectivas de Bachofen, posteriormente, com a obra “Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family” publicado em 1871; e Friedrich Engels baseados nos dois primeiros, publica no ano de 1884 o livro “Origine de la famille, de la propriété privée et de l’État”.

As obras esclarecem e reafirmam, de maneira geral, uma lógica de escala evolutiva, onde o matriarcado, enquanto um sistema de organização social em que a mulher estabelece o protagonismo e que é predominantemente africano, ocuparia a base primitiva e o patriarcado, enquanto um sistema de organização social em que o homem é protagonista e que é marcadamente europeu, ocupa o topo da escala evolutiva. Desta forma os antropólogos em questão, defendem a universalidade dessa transição evolutiva, do matriarcado inferior, para o patriarcado civilizado. Mesmo que o objetivo destes antropólogos fossem apenas um, suas óticas se diferenciam com base na análise que tiveram de seus respectivos objetos de estudo.

Para Bachofen<sup>1</sup> (1861) a humanidade reconhece 3 fases evolutivas: a primeira seria uma espécie de barbárie, sem filiação paterna, e predominância da filiação uterina, e não existia registro sequer de casamento; a segunda seria o matriarcado em si, caracterizando-se pela presença do casamento e hegemonia feminina, e ainda a persistência da filiação da linhagem uterina; e, por fim, a terceira fase seria o patriarcado, destacando-se por ter o casamento e o surgimento do imperialismo sobre o domínio do homem. Sobre a tese de Bachofen:

O patriarcado é superior ao matriarcado: é antes de mais espiritualidade, luz, razão, delicadeza. É simbolizado pelo sol, pelas elevações celestiais onde reina uma espécie de espiritualidade etérea. Em contrapartida, o matriarcado está ligado às profundezas cavernosas da terra, à noite, à lua, à matéria, à esquerda que pertence a feminilidade passiva, por oposição à direita, relacionada com a atividade masculina. (BACHOFEN, 1961, apudDIOP, 1982, p. 14)

A teoria de Morgan (1871) foi embasada na teoria do seu antecessor Bachofen, porém direciona sua ótica às comunidades indígenas Iroquesas dos Estados Unidos. Reafirmando as concepções de seu antecessor Morgan traz 4 etapas evolutivas diferentes: a primeira seria caracterizada por uma promiscuidade primitiva, onde o casamento era apenas proibido entre pais e filhos, mas todos os irmãos e irmãs de uma mesma geração eram casados entre si; a segunda consiste em um “fenômeno” específico dos nativos em questão, o “punaluana”, que em virtude da debilidade na descendência causada pelo fator consanguíneo.

Os Iroqueses passaram a organizar casamentos com grupos de primos e irmãos estrangeiros, estes se auto denominavam “punalua”; a terceira consiste na filiação matrilinear, onde a família é sindiásmica, monogâmica e hegemonia feminina; por fim a quarta e última etapa o patriarcado, caracterizado pela monogamia, hegemonia masculina e dependência total da mulher pelo marido (DIOP, 2014).

Por fim, Engels (1884) é o terceiro antropólogo citado na obra em discurso que traz em suas narrativas o matriarcado enquanto estágio primitivo de uma escala em que

---

<sup>1</sup> Bachofen para embasar seus argumentos usufruiu da Oresteia de Ésquilo, onde narra a história de vingança de Orestes filho de Agamémnon, que matou sua mãe (Clitemnestra) em prol do assassinato do seu pai, e é então perseguido pelas antigas Deusas protetoras do direito maternal, as Erínias (Fúrias). Porém em seu julgamento é simplesmente poupado pela Deusa Atena, que foi concebida sem mãe, preservando assim o direito ápice e privilegiado da paternidade sobre todas as mulheres atenienses.

no topo se encontra o sistema europeu patriarcal. Como resultado das ideias esclarecidas dos dois últimos pensadores, a abordagem teórica de Frederich Engels é um pouco mais detalhada.

É importante entender o contexto e a intenção que os antropólogos citados tinham em relação as suas perspectivas teóricas. O século XIX foi ápice da colonização no continente Africano, deste modo, foi necessário utilizar-se de argumentos “científicos” para inferiorizar o negro, condenando assim a sua estrutura de organização social, colocando o matriarcado como um estágio de quase barbárie, que precisava progredir para o patriarcado, alcançando assim a definitiva civilidade.

## **1.2 Matriarcado africano: revisão dos conceitos**

Partindo desse pressuposto, Diop, rebate com veemência as teses já apresentadas pelos antropólogos com fundo pejorativo acerca do que é o matriarcado real. O autor para fazer frente aos pensamentos já existentes no cenário científico, se apoia em pensadores como Van Gennep<sup>2</sup> e Émile Durkheim<sup>3</sup>, afirmando, que tanto o matriarcado quanto o patriarcado, são sistemas autônomos, e não possuem relações de transições de um para o outro. É com esse argumento que Diop, inicia sua primeira crítica a Bachofen quando diz:

Uma primeira crítica importante que pode ser feita à tese de Bachofen, é aquela que comporta uma lacuna primordial que não foi suficientemente enfatizada. A demonstração da passagem universal de um matriarcado para um patriarcado só seria cientificamente aceitável caso se provasse, no seio de um determinado povo, que esta evolução interna se tivesse de fato efetuado. [...] Nunca se pôde determinar numa época histórica durante a qual os Gregos e os Romanos tivessem conhecido o matriarcado. (DIOP, 2014, p. 27)

Com base nesse argumento, Diop discute outros aspectos importantes que distanciam cada vez mais as teorias de Bachofen, da realidade vivenciadas por ambos os berços civilizacionais. Diante desses aspectos estão os fatores climáticos e a localização geográfica em que esses conjuntos de povos desenvolveram suas convicções e costumes,

---

<sup>2</sup> Para Van Gennep: “Recorde-se que para este, o patriarcado é sinônimo de aspiração espiritual em direção às regiões divinas do firmamento, de pureza e de castidade moral, enquanto que o matriarcado constitui o sinônimo de dependência passiva terrestre, material, das necessidades do corpo.” (GENNEP, s/d, apud DIOP, 2014, p. 26)

<sup>3</sup>

ou seja, como que cada sociedade se encaminhou para protagonizar eixos de hegemonia sexual diferentes.

Dentro dessa contexto, é importante ressaltar o trabalho de análise lógica que o autor exerce com maestria ao destacar por partes cada ponto de divergência que ambos os berços civilizacionais possuem. A lógica do pensamento patriarcal, é construída a partir dos elementos de diferenciação no que tange o tratamento na relação entre os homens e as mulheres. A sua base de análise permeiam as sociedades Gregas, Romanas e Indianas (arianas), sendo que as duas primeiras foram as responsáveis por expandir esse modelo de sociedade no período Clássico além das fronteiras Europeias.

Conforme a análise da sociedade dessas civilizações, a mulher possuía papel bastante limitado, por causa do caráter nômade que essas sociedades possuíam, a mulher se tornava um fardo nos processos de deslocamento. Estas que abandonavam o seu genos, para se unir ao do marido são reduzidas a meras estrangeiras, por este fato Diop afirma que: Em virtude disso, alheias a uma terra que não as pertencia, estavam acima de tudo, sujeitas ao controle de vida ou morte, e também de sua liberdade (podiam ser vendidas como forma de livramento da morte), por seus maridos.

Outros processos destacados, que caracterizam o patriarcado é o “Culto às Cinzas”<sup>4</sup>, ritos fúnebres, que são práticas ligadas a cremação de seus mortos, e o “Culto ao Fogo” que também é uma característica que as civilizações patriarcais possuíam em comum. Este fato se dá por uma questão de lógica climática e regional, pois estes nômades habitavam o norte (extremo) no continente europeu, onde as temperaturas são muito amenas, tornando o fogo um símbolo de aquecimento contra o frio, e defesa contra animais predadores. Evidenciando assim o porquê estes grupos divinizavam o fogo.

Em contrapartida Diop apresenta o berço Matriarcal, opostamente ao que defende o patriarcado euro-ariano, esse modelo enquadra a mulher como hegemonicamente importante para a estrutura da família e da economia, nessas sociedades é o homem que dá o dote para sua esposa e é ele também quem abandona a sua família para se unir à da mulher. Oposto também ao regime anterior, o berço matriarcal é caracterizado pelo

---

<sup>4</sup> É típico dos sítios arqueológicos de regiões onde o nomadismo/patriarcado reinou, a existência de várias urnas funerárias (cerâmicas onde eram depositados os restos mortais – cinzas de seus mortos).

sedentarismo, ou seja, grupos que descobriram o cultivo e que se fixaram em lugar permanentemente.

Assim como no patriarcado essas características se deram por consequências de fatores climáticos e geográficos. Se observarmos as primeiras civilizações sedentárias, os Egípcios e os Mesopotâmicos, se desenvolveram em margens de rios fartos. Tanto que Diop considera o Egito enquanto “uma dádiva do rio Nilo”, em contraposição aos euro-arianos, que tinham recursos escassos e por essas limitações necessitavam migrar constantemente para renovar seus recursos.

No regime matriarcal, os direitos e legitimidade sobre os filhos é passado pelo viés uterino, e o direito de paternidade é exercido pelo irmão da mulher (o tio materno), essas transmissões hereditárias pelo viés feminino é denominado de “matrilinearidade”. Para elucidar melhor sua teoria, o autor exemplifica essa questão matrilinear conforme as convicções da África Negra, onde “[...] é-se aquilo que a mãe é, é-se apenas metade daquilo que o pai é.” (DIOP, 2014, p. 37). Usando uma crença da África Central sobre o “feiticeiro - devorador de seres vivos”, o Diop pontua:

Apenas se pode ser feiticeiro, dotado de todas as qualidades aqui referidas, isto é, feiticeiro total, caso se seja proveniente de uma mãe feiticeira do mesmo nível; pouco importa aquilo que o pai é. Se a mãe não é dotada de nenhum poder e se o pai é feiticeiro-total (*demn*, em wolof), a criança é feiticeira apenas pela metade: este é *nohor*; não possui nenhuma qualidade positiva do feiticeiro, tem apenas os aspectos passivos. (DIOP, 2014, p. 38)

No que tange aos ritos fúnebres, o autor afirma que é impossível encontrar qualquer registro/vestigio de cremação por partes das sociedades agrícolas, sendo porém, marcante entre os sedentários o “Culto aos Mortos”. Tomando o Egito como ponto de partida, toda a estrutura social e arquitetônica dessa civilização era guiada por um princípio de longevidade de uma vida após a morte, sendo que ao invés de cremar seus falecidos, estes sepultavam, construindo grandes obras em sua memória com fins de imortalizar o nome do morto e seus feitos em vida.

Embora seja levado em consideração que os antropólogos citados na obra em questão de Diop, estejam inseridos em uma narrativa voltada para inferiorizar o continente recém colonizado, com fins de justificar as invasões; não é justo que esses

diálogos sejam encarados enquanto caixas isoladas e não se leve em consideração o impacto que suas concepções equivocadas até hoje causam no universo científico, seja na história, nas ciências sociais, na psicologia, ou mesmo na antropologia. Graças a esses estudos difundidos no século XIX, a abordagem voltada para o continente africano sempre é de um conjunto de povos que ainda não alcançou o estágio final da evolução civilizacional, e que necessita de ajuda para isso.

Sobre Morgan (1871), Diop afirma que o antropólogo americano apenas apresentou o significado sociológico do clã totêmico matriarcal (os Iroqueses), mas não conseguiu explicar como esse sistema se transformou no patriarcado, ou seja, não citou as causas para a passagem de um berço para o outro. Desta forma, conclui-se que ambos os sistemas citados por Morgan sejam irredutíveis e isolados, que ambos possuem suas causas de origem e seus respectivos consequentes.

Além das críticas feitas pelo autor às teorias dos três antropólogos do século XIX, nos é apresentado uma série de outros elementos em relação a ambos os berços civilizacionais. Por exemplo, sobre a questão do divórcio, o respectivo acesso a ele, nas sociedades matriarcais não pode ser considerado como uma característica inferior, ou anterior, já que a patriarcal, dita monogâmica, apresenta o divórcio como uma condição quase impossível de ser cogitada.

Outro ponto levantado por Diop é a permanência do nome pelas mulheres africanas após se casarem, em contrapartida as mulheres indo-europeias que perdem seus nomes em detrimento dos de seus maridos. Entre outros aspectos citados, o autor constrói sua perspectiva sempre comparando os berços civilizacionais de forma que a diferença entre eles seja posta a reforçar o caráter autônomo que ambas possuem, objetivando assim quebrar a teoria pré-existente que defende o processo de transição do matriarcado, tido inferior, para o patriarcado, tido evoluído.

Camille Johann Scholl (2016) é uma estudiosa da teoria do matriarcado de Cheikh Anta Diop, e a pesquisadora faz uma ponte entre o pensamento pioneiro do teórico senegalês, com a feminista Ifi Amadiume (1997), que é uma autora revisionista do trabalho de Diop também. Entre suas perspectivas teóricas, Scholl defende que na obra de Diop:



Também há uma relação de mulher enquanto mãe com a questão da magia e/ou do segredo, elemento presente em diferentes formas religiosas africanas.

O discurso de Diop baseia-se no que observa como o poder emana da mulher enquanto mãe e que é respaldado por sua função de “dar a vida” e de transmitir a herança, de regular a manutenção da vida através da distribuição dos alimentos e de sua produção, o que vem junto com o elemento de ser detentora de um poder e conhecimento de cunho espiritual (a magia/o segredo). (SCHOLL, 2016, p. 29)

Tabela comparativa dos respectivos sistemas organizacionais Matriarcado x Patriarcado:

Matriarcado	Patriarcado
Eixo meridional, continente Africano (Sul)	Eixo nórdico, estepes da eurásia/indo-europeias (Norte)
Sedentarização, agricultura, cultura de irrigação, criação de animais. (Acesso a recursos hídricos e alimentícios)	Nomadismo, caça, pesca e coleta. (Escassez de recursos hídricos e alimentícios)
Filiação Matrilinear/uterina: a hegemonia feminina, no que tange à herança hereditária/biológica dos direitos políticos. A mulher é a provedora do sustento da família. (Família sindiasmica/monogâmica)	Filiação Patrilinear: a hegemonia masculina no que tange à herança hereditária/biológica dos direitos políticos. O homem é o provedor do sustento da família. (Família monogâmica)
Ritos Fúnebres: culto aos mortos, sepultamento dos falecidos.	Ritos Fúnebres: culto às cinzas, cremação dos falecidos.
Elemento: terra e água. (Elementos esses que se tornaram norteadores do estilo de vida dessas sociedades, seja na prática da agricultura, seja também no enterro de seus mortos, ou nas variações de cheias que seus rios poderiam ter)	Elemento: fogo. (Elemento esse que se tornou norteador dos princípios dessas sociedades, seja no uso para aquecimento corporal em virtude do clima frio, seja na cremação de seus falecidos, ou na proteção contra animais predadores)
Acesso ao divórcio no casamento.	Impossibilidade do divórcio no casamento.

Cabe nesse trabalho e aos autores envolvidos, um estudo dos papéis femininos, uma aproximação da história das mulheres e suas funções no âmbito social; é um semelhante, porém, bem diferente das relações de gênero. De acordo com Scholl (2016), “gênero é definido pela organização social da diferença sexual e as relações de gênero se referem às relações – de poder – travadas entre o que define ser o masculino e o feminino em cada sociedade” (SCHOLL, 2016, p. 10). Cheikh Anta Diop, introduz o conceito de matriarcado em um período em que gênero não era usado nos estudos sociais. Entretanto, importar esse conceito para estudar civilizações africanas é passível de equivoco:

Assim, é importante ressaltar a problemática de transportar o conceito gêncero para África. Alguns autores, como Philip Havik já fizeram isso. Este autor apresenta problemas do traslado desta categoria para as análises históricas de África, por gênero ser uma categoria nascida para explicar dinâmicas ocidentais. Justaposto a estas problemáticas teóricas e conceituais, é emergente destes estudos de caso com sociedades específicas africanas, discursos que buscam explicar mais amplamente e de forma abrangente a questão das relações de gênero na África, tendo em vista o poder político masculino e feminino, assim como a posição em que as mulheres assumiram e assumem nas sociedades africanas. (SCHOLL, 2016, p. 10-11)

A base para a revisão do conceito de matriarcado foi consolidada por Cheikh Anta Diop, observando a civilização egípcia e o seu sagrado e como as mulheres e homens se portavam socialmente. A partir desse marco, várias outras teorias surgiram com o intuito de endossar o que Diop já havia proposto ou mesmo revisar a sua base teórica, tanto que, a feminista Ifi Amadiume (1997) tece críticas à abordagem macro histórica utilizada pelo senegalês, alegando que o mesmo apenas retirou suas fundamentações a partir da análise da realeza egípcia, deixando de lado uma pesquisa mais minuciosa que seria a visão extraída das camadas camponesas.

A verdade é que Diop, independente da sua metodologia representou uma grande divisor de águas na historiografia africana, impulsionando muitos dos movimentos feministas que se deram nas décadas posteriores, A autora Tatiana Raquel Reis Silva (2018), afirma que, juntos aos movimentos independentistas em África, vários movimentos feministas foram se formando a partir das décadas de 1980 e 1990.

E juntos desses movimentos de mulheres os conceitos de matriarcado (base para o movimento feminista em África) foram ganhando novas roupagens e protagonismos,

seja pelo viés da emancipação política, ou pela justificativa de legitimidade econômica. A partir da imposição de uma lógica colonialista patriarcal no continente africano, as mulheres tiveram a necessidade de lutar por seus espaços historicamente ocupados, pois colocava em cheque sua hegemonia social e econômica. Sobre este Silva destaca:

A base fundamental do matriarcado era o agregado familiar e não a família, o que fez com que as mulheres detivessem uma proeminência nas estruturas sociais africanas, tais como as organizações ligadas às atividades comerciais. Daí o fato de ter existido uma luta permanentemente para manter o controle dos mercados, a espinha dorsal da economia africana.

[...] As múltiplas visões e percepções quanto ao lugar ocupado pelas mulheres nas sociedades africanas, e mesmo as diversas formas de autoafirmação, são ilustrativas da complexidade dos movimentos políticos instituídos em vários destes países; da mesma forma, as frentes de luta e questões centrais levadas a cabo tem suscitado intensos debates. (SILVA, 2018, p. 972)

O continente africano é um lugar que para a ciência ocidental, sempre despertou o interesse de estudos voltados para o seu “exotismo”. Fato esse representado e explícito nos diálogos feitos pelos antropólogos que enfatizaram o matriarcado como seu objeto de estudo, embora não sejam todos diretamente voltados para a África, é no continente que se concentram, em maior quantitativo, as consequências dessas teorias até os dias de hoje. Partindo desse pressuposto, o esquema de extração de informações relativos ao continente africano é acompanhado por uma análise comparada de observação, de um lado estão os cientistas europeus/ocidentais e do outro está a cultura “misteriosa” e “exótica” a ser estudada.

É a partir desse posicionamento que não só a cultura plural de África como também de outros que foram submetidos à peneira ocidental, passaram a ser enxergados. O reflexo dessas ações hoje preenchem o imaginário ocidental com arquétipos caricatos dessas culturas fora da bolha euro-americana, contribuindo assim para que óticas distorcidas e reinventadas sejam frequentes no que tange ao tratamento dessas nações não ocidentais. Essas consequências se veem nos filmes, propagandas, livros, teorias, animações e etc.

Nesse imaginário a antiguidade egípcia também é compreendida, seja pela análise da organização social, seja pelo aspecto cultural, seja na abordagem religiosa. Os egípcios

compreendem um berço civilizacional que foi percussor de muitos feitos que marcaram a civilização ocidental posteriormente. Desde a antiguidade considerada “Clássica”, alguns autores ocidentais já descreviam sobre o Egito, o próprio Heródoto, eleito o pai da história, faz ricas menções sobre a matéria, assim como Luciano, Ésquilo, Aquiles, Tacito de Alexandria, Estrabão, Diodoro da Sicília e entre muitos outros.

Antes de tomarmos qualquer evidência enquanto um fato propriamente dito, as escavações egípcias, iniciadas no século XVII e impulsionadas por napoleão no século XVIII, foram realizadas por homens europeus, com discurso e pretensões completamente voltadas para a arqueologia e com indícios de fetichismo no processo. Partindo desse pressuposto temos um Egito catalogado por pessoas brancas, europeias e patriarcais, formando assim uma seleção de vestígios e construindo um passado egípcio bem europeizado.

O dossiê “Egito: Grandes Civilizações do Passado” organizado por Alberto Siliotti (2006) da editora “Folio” contem registrado o processo de redescobrimto da antiguidade Egípcia, sendo que o primeiro mapa científico do país só é feito entre os anos de 1714 e 1726 pelo francês Claude Sicard. Daí em diante as ruínas da antiga civilização egípcia passam a ser cada vez mais sondadas pelos europeus (franceses, venezianos, dinamarqueses, britânicos). Porém o marco de exploração arqueológica no Egito foi através da expedição organizada por Napoleão Bonaparte em 1798, onde Dominique Vivant Denon liderou a expedição. Sobre esse momento o documento diz:

Em 1798, Dominique Vivant Denon e os estudiosos que Napoleão leva com seu exército percorrem o país desenhando e registrando todos os monumentos que, depois (1809), publicarão na *Description de l'Égypte*, obra composta de 9 volumes de texto e 11 de pranchas, com mais de três mil desenhos elaborados por 200 artistas. (SILIOTTI, 2006, p. 68)

Logo após essa empreitada, a escrita egípcia foi catalogada e decifrada por um jovem francês chamado Jean-François Champollion em 1822, somando ao conjunto de marcos na reconstrução da história egípcia. Partindo desse pressuposto é curioso observar como essa iniciativa pode estar cheia de atribuições ressignificadas para o entendimento de um passado que até então permanecia em sombras. O peso dos complexos

civilizacionais datados da antiguidade interferiram em muito no que tange a perspectiva comparada com a antiguidade Egípcia.

Houve a necessidade de se explorar outras faces da historiografia egípcia que se mostraram relevantes, como por exemplo as relações sociais e religiosas. Cheikh Anta Diop é o percussor de uma revisão historiográfica da civilização egípcia e kushita, que nos anos de 1950 e 1960 foi um divisor de águas, contestando todos os moldes e estruturas até então criadas e disponíveis para se pensar o passado egípcio. Através dele outros passaram a de fato repensar o contexto e a importância de estudar a fundo quem foram, e o que de real deixaram enquanto legado.

É importante ressaltar o quão transformador foi a perspectiva do colonizador sobre as civilizações africanas, Oyeronke Oyewumi (2017) teórica feminista nigeriana, em sua obra “La Invención de las Mujeres”, descreve como foi impactante para as comunidades Yorùbás, as mudanças impostas pelo sistema patriarcal, e como não só a economia mas também as mulheres passaram a ser submissas aos costumes dos europeus. O que nos leva a projetar como o colonizador atingiu todo o continente africano, incluindo também a visão sobre o Egito e a sua história milenar.

El mismo proceso que clasificó y redujo a “mujeres” a las anahembras africanas, las volvió no elegibles para los papeles de liderazgo. La exclusión partía de una base biológica y el asunto pasó a ser un acontecimiento totalmente novedoso en la sociedad Yorùbá. El surgimiento de las mujeres como una categoría identificable por la anatomía y subordinada a los hombres en cualquier situación, resultó en parte de la imposición de un Estado patriarcal colonial. (OYEWUMI, 2017, p. 211-212)

É através dessa ruptura que o papel da mulher começou a ser questionado nessas sociedades, até então compreendidas à margem social. E ao contrário do que se pregava sobre o Egito no tocando as relações sociais, a mulher no Egito antigo se comparada com outras mulheres das civilizações que conviveram no mesmo período, gozavam de benefícios e direitos institucionais que semelhantes tivemos nas sociedades modernas. Tal condição vivenciada por essas mulheres impulsionou o estudo de diversas pensadoras feministas a buscarem nesse passado exemplos de relações de gênero igualitárias que serviriam de contraste para problematizar os efeitos excludentes do patriarcado na sociedade contemporânea.

A respeito deste a autora Aline Fernandes de Souza (2008) no artigo “O papel das mulheres na sociedade faraônica: a igualdade em discussão”, discorre sobre a iniciativa de buscar no passado respostas para as questões sociais do presente. As feministas do século XX foram as responsáveis por difundir esses estudos sobre as mulheres egípcias na antiguidade, por acreditarem que as mesmas vivam em uma sociedade em que seus direitos eram “iguais” aos dos homens, porém a grande questão levantada por Souza, é que essa é uma visão romantizada e que existem divergências dentro do argumento de equivalência sexual.

O artigo da autora não nega o fato de as mulheres egípcias gozarem de direitos equivalentes aos masculinos, porém questiona a real capacidade que as mesmas detinham de exercer esses direitos. Diferente de um grupo mais sólido no qual as mulheres se constituem hoje, as mulheres egípcias não reconheciam um grupo homogêneo, pois os sujeitos femininos da realeza gozavam de uma liberdade política e social que as camadas mais baixas não possuíam. Mas embora os vestígios coloquem em cheque a real importância feminina no Egito Faraônico Sousa alerta:

Em primeiro lugar, o pensamento monista não invalidava a presença de hierarquia dentro da estrutura social. Não deve ser ignorado o fato de, apesar das raras exceções, o governante egípcio ser essencialmente masculino, já que o faraó era considerado a encarnação do deus Hórus. Além disso, devemos ter em mente a natureza das fontes que chegaram até os dias de hoje. Estas são provenientes de uma pequena elite que podia arcar com os custos dos materiais de maior durabilidade para a construção de suas tumbas ou, no caso específico do monarca, para a construção dos templos e monumentos. As fontes, portanto, não esclarecem até que ponto as ideias representadas eram compartilhadas pelas pessoas mais humildes. Assim, mais do que afirmar igualdade jurídica das mulheres em relação aos homens no Egito, devemos ter em mente a seguinte questão: qual era a possibilidade real das egípcias de exercê-la? (SOUSA, 2008, p. 2-3)

Partindo desse pressuposto, as documentações, tanto as que foram produzidas, quanto as que foram extraídas do recorte egípcio antigo, necessitam de um distanciamento das emissões tomadas como fato. A análise partindo da verossimilhança é o método mais indicado para pesquisa e catalogação em questão, porém, com base no acervo documental que temos disponível hoje, sabemos que o método em questão foi o menos utilizado pelos cientistas que acharam a civilização perdida há séculos.

A narrativa construída de um Egito colonizado, que recebeu a “luz” da civilização por viés única e exclusivamente da contribuição do exterior, fez com que houvesse uma necessidade de revisar tudo o que já foi construído sobre o passado dessa nação. A emissão de uma teoria baseada na origem do Egito explicada a partir do homem branco despertou a necessidade de redescobrir a história.

### **1.3 O Egito negro – a fonte do matriarcado**

O continente africano nas décadas de 1950 - 90, viveu um longo período de emancipação política em relação ao continente europeu. Vários países em África conquistaram sua independência, o que colocou fim à colonização do continente. Com isso, as correntes emancipatórias que reuniam os diferentes setores do nicho intelectual, político e econômico, surgiram para reinventar o continente e seus respectivos países recém independentes, seja resgatando seus ideais, raízes culturais, ou mesmo resgatando à sua legitimidade histórica e sua contribuição para o mundo.

O Pan-africanismo, o afrocentrismo (debatido anteriormente), e outras correntes emancipatórias surgidas a partir da segunda metade do sec. XIX foram palco para o fortalecimento do caráter revisionista de toda a ciência já produzida sobre o continente africano. O Matriarcado é um marco nesse sistema, pois foi redimensionado aos parâmetros que competem ao continente, deslocando assim, o conceito do domínio europeu. O colonialismo, conforme defende Oyeronke Oyewumi (2017) deixou graves sequelas no imaginário social sobre a percepção do continente, e isso era um objetivo dos conquistadores, projetar a imagem de um continente necessitado e inferior em todos os aspectos estabelecidos a partir do parâmetro europeu. Sobre isso Leila Hernandez (2005) diz:

Em relação ao darwinismo social, os africanistas ressaltam que a luta pela existência nada mais é do que a dominação da “raça sujeita” ou “não evoluída” pela “raça superior”, segundo o processo de “seleção natural”, no qual o “mais fraco” é submetido pelo “mais forte”.

Assim, a classificação das raças em “superiores” e “inferiores”, recorrente desde o século XVII, ganha uma falsa legitimidade baseada no mito iluminista do saber científico, coincidindo com a necessária justificativa de que a dominação e a exploração da África, mais do que “naturais” e inevitáveis, eram “necessárias” para desenvolver os

“selvagens” africanos, de acordo com as normas e os valores da civilização ocidental. (HERNANDEZ, 2005, p. 80)

Partindo desse pressuposto, afirmar que a origem de tudo o que é do continente africano vem de matriz negra, é importante pois legitima tudo o que foi criado e exportado pelo continente ser negroide. Além de revisar o que já foi construído e inventado sobre África e seus habitantes, se viu a oportunidade de inverter o quadro de passividade histórica e construir novos horizontes além do etnocentrismo (mesmo que o seu princípio inicial fosse esse). Através de um poderoso norte científico, várias teorias consagradas “absolutas” foram postas em cheque e questionadas à luz de um embasamento comprobatório.

Banhado por essas convicções emancipatórias Diop (1974) constrói as narrativas que comprovam o caráter negro da civilização egípcia e rebate as várias teorias que são consolidadas pela historiografia tradicional, questionando os “fatos” e redimensionando a perspectiva do que foi de fato a antiguidade. Não só de africanistas constituiu a base crítica de Diop, várias perspectivas europeias foram usadas para endossar a proposta de mudança do protagonismo histórico.

A exemplo, testemunhas oculares, descreviam os egípcios enquanto negros, o próprio Heródoto, defende que os egípcios possuíam a cor negra em virtude do calor, e mesmo no seu tempo atribuía a diferenciação dos indivíduos africanos. Outra passagem destacada por Diop de Heródoto, é quanto o historiador diz: “Os Egípcios disseram que consideravam os Cólquidas [Colchians] sendo descendentes do exército de Sesostri. Minhas próprias conjecturas foram fundadas, em primeiro lugar, sobre o fato de que eles são de pele preta e tem cabelo lanoso” (HERÓDOTO, 1945, p. 115)

Diodoro da Sicília defende, de acordo com Diop, que os egípcios foram um produto advindo dos etíopes, alegando que os próprios eram uma colônia dos etíopes. Foi a partir deles que os egípcios criaram seus costumes e tradições, suas leis, suas crenças, seus ritos fúnebres, trouxeram a escrita e as técnicas de escultura. Caso não tivessem qualquer mera semelhança, Diodoro teria descrevido. Consoante as análises levantadas por Heródoto, Estrabão (Geografia-Geography), Diop afirma que os Egípcios precederam a Cólquida e a Etiópia, conseqüentemente alegando que todos pertenciam a mesma raça.

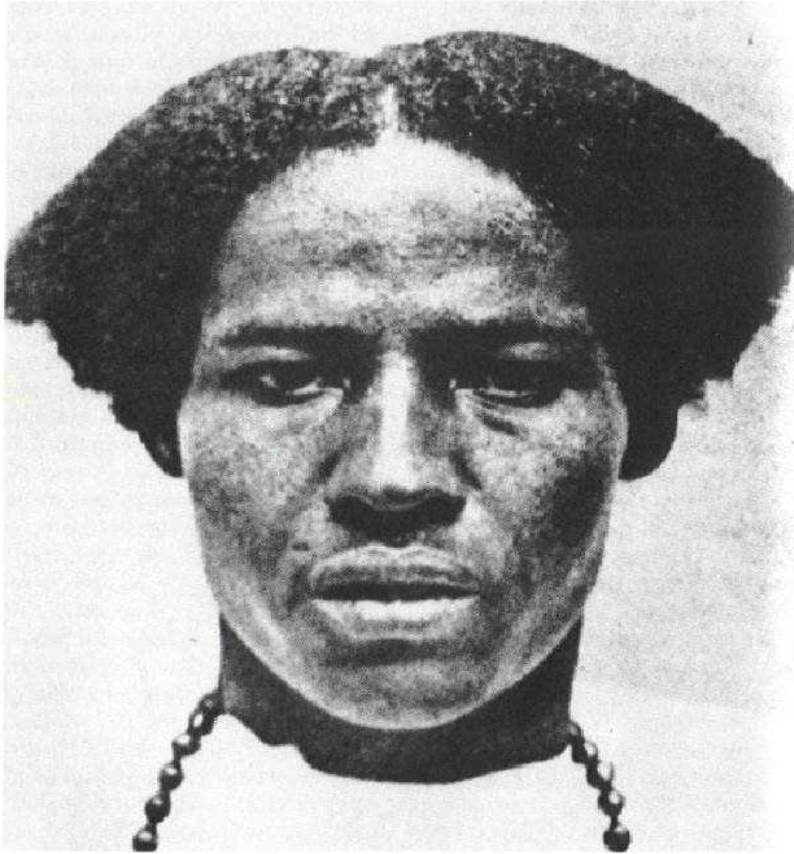


Após analisar, as óticas levantadas pelos indivíduos que conviveram e testemunharam a antiga civilização egípcia/etíope/cólquida, o teórico enfatiza mediante os vestígios narrativos:

De fato, os Gregos eram muito sensíveis à nuances de cor e as distinguiam claramente onde quer que elas existiam. Na mesma época, eles designaram os antigos Cananeus, então fortemente misturados, pelo termo Fenício que provavelmente significava vermelho e era, assim, talvez uma palavra étnica. [...] Evidentemente, então, os Antigos Egípcios e Etopes distinguidos dos Semitas e então chamadas raças vermelho-escuro. Nenhuma interpretação acadêmica dos termos nos permite escapar da verdade conscientemente obscurecendo o que é óbvio. Entregando-se a tais acrobacias pra evitar aceitar fatos simples, alguém levanta dificuldades intransponíveis sem perceber. (DIOP, 1974, p. 27)

Eliza Larkin Nascimento (2008) para embasar as suas teorias de uma civilização criada por indivíduos caucasianos, defende que os intelectuais europeus formularam a teoria da raça “hamítica” ou “vermelho-escuro” distinta dos africanos negros (NASCIMENTO, 2008, p. 49). O intuito destes teóricos é simplesmente não conceber o reconhecimento do pioneirismo negro para a formação da civilização na antiguidade. Sobre a raça “hamítica” ela diz:

Tal raça teria dado origem às civilizações clássicas da Núbia e do Egito antigos. Alternativamente, postulava-se que grupos dominantes não negros, invasores do nordeste africano, fossem os responsáveis pela construção das civilizações antigas daquela região e do sudeste asiático. (NASCIMENTO, 2008, p. 49)



**Fig.1** – Na imagem está contida o “Tipo Hamítico do Leste Africano. [...] ‘Considerável Tipo Paleo-Mediterrânico da raça branca ao qual devemos todas as civilizações Pretas, incluindo a do Egito.’” (Fonte – DIOP, Cheikh Anta. *The African Origin of Civilization: Myth or reality*. Tradução: Mercer Cook, 1974 p. 81.)

As narrativas bíblicas também foram usadas pelo teórico, que, de acordo com o mesmo, Moises, em sua estadia entre os egípcios enquanto um Hebreu, foi inspirado pelas reformas implantadas pelo faraó Akhanton – Amenófis IV (1400 a.C.), tida como a primeira experiência monoteísta vivenciada pela humanidade. O Faraó em questão através de uma manobra política, em detrimento da sua autoridade divina, impõe uma unificação divina na figura de um único Deus – Aton, enfraquecendo o poder sacerdotal, e a adoração a vários deuses que desviavam as oferendas para templos e corpos sacerdotais diferentes. Após passarem 400 anos sobre o domínio egípcio, os Hebreus deixaram a civilização trazendo os elementos que foram fundamentais para a formação da sua futura tradição monoteísta.

O Egito era conhecido por Kemit – solo preto, denominação que se estendia, segundo o autor, aos seus habitantes – homens pretos (Kam, uma derivação dessa palavra em hebraico significando calor, preto, queimado). O que nos leva ter uma segunda e diferenciada visão sobre a questão da maldição de Ham, agora entendemos pelos motivos lógicos a origem do termo no hebraico. Porém o autor pontua que consoante a situação, essa noção se deturpa e se flexibiliza:

Obviamente, de acordo com as necessidades da causa, Ham é amaldiçoado, enegrecido, e feito ancestral dos Negros. Isto é o que acontece sempre que alguém se refere as relações sociais contemporâneas. [...] Por outro lado, ele é ‘branqueado’ sempre que se busca a origem da civilização, pois lá está ele habitando o primeiro país civilizado do mundo. Então, a ideia de Hamitas orientais e ocidentais é concebida – nada mais do que uma invenção conveniente para despojar os Pretos da vantagem moral da civilização Egípcia e outras civilizações Africanas [...] (DIOP, 1974, p. 40)

A cultura Egípcia foi perdida com o tempo devido as sucessivas invasões que o país sofreu durante o seu apogeu e declínio, porém, de acordo com o autor, o Egito se manteve enquanto berço da civilização por durante longos 10.000 anos, responsável ai por levar a luz da civilização à outros povos posteriores como os Gregos e os Romanos. Tida como a fonte do conhecimento que toda a civilização dita clássica bebeu.

O advento do cristianismo e as capacitações técnicas europeias, os fizeram navegar e encontrar novas terras, é nesse contexto que o contato com o continente africano se dá a criação do mito do negro primitivo. A civilização egípcia conforme aponta Diop, teria se desenvolvido em uma progressão lenta ao sul do Nilo (Núbia), e teria descido o rio com o passar dos anos e se estabelecido no delta por fim, processo esse que durou cerca de 10.000 anos. A cronologia do Egito ainda se revela tão misteriosa, que os indícios levantados por sacerdotes egípcios apontam para uma antiguidade diferente da cronologia que conhecemos hoje:

[...] [nota, \* Manetho de Sabennytos, um sacerdote Egípcio (século III a.C.), que escreveu uma crônica sobre o Egito em Grego] e a curta cronologia dos modernos – pois os últimos são obrigados a admitir que por 4235 a.C. os Egípcios já haviam inventado o calendário (o que requer, necessariamente, a passagem de milhares de anos). (DIOP, 1974, p. 57)

Embora a civilização negra em muitos aspectos se comparava e as vezes até superior a civilização europeia ali no século XV, as nações do continente africano de fato não possuíam a mesma fundamentação técnica, embora que descobriram o metal primeiro, não o utilizaram para construir armamentos. O uso da pólvora foi usado apenas pelos sacerdotes egípcios com finalidades religiosas, se tornando assim um continente desprotegido e vulnerável. O que corroborou para a deslegitimação da capacidade intelectual e técnica do negro, passou a ser visto como inferior.

O autor aponta uma série de causas que levaram à construção dos estereótipos de inferioridade do negro, dos traços fenóticos, da sua cultura, dos seus conhecimentos e contribuições:

A partir de então, “Negro” tornou-se sinônimo de ser primitivo, “inferior”, dotado de uma mentalidade pré-lógica. Como o ser humano está sempre ansioso para justificar sua conduta, eles foram ainda mais longe. O desejo de legitimar a colonização e o tráfico de escravos – em outras palavras, condição social do Negro no mundo moderno – engendrou toda uma literatura para descrever os então-chamados traços inferiores do Negro. A mente de várias gerações de Europeus seria, assim, gradualmente doutrinação, a opinião Ocidental seria cristalizada e, instintivamente, aceita como verdade revelada a equação: Negro = humanidade inferior. (DIOP, 1974, p. 61)

Em virtude da reprodução de muitos dos estereótipos e estigmas de inferioridade voltados para o negro, há uma dificuldade de assimilar que foram eles que originaram a primeira grande civilização do mundo, e teve papel muito importante para a formação do restante da humanidade e da cultura dita ocidental. Desse modo existe um tremendo esforço para evidenciar que os Egípcios na verdade foram uma civilização de indivíduos de cor branca.

Nascimento (2008) defende que a ciência e também a cultura ocidentais tiveram suas origens no Egito, já que, de acordo com a Pedra de Roseta<sup>5</sup>, a base do conhecimento filosófico e seus primeiros idealizadores tiveram sua formação com os intelectuais

---

<sup>5</sup> A Pedra de Roseta é uma estela (uma coluna monolítica ou rocha/pedra destinada a conter inscrições sejam religiosas ou mesmo governamentais), que abriga inscrições em 3 grafias diferentes: o grego, o demótico e o hieróglifo. A Pedra de Roseta foi encontrada em 1799 pelo exército de Napoleão na cidade de Al-Buhaira. Para maiores informações acessar - <https://www.infoescola.com/civilizacao-egipcia/pedra-de-roseta/>

egípcios. Sobre alguns feitos que marcam o pioneirismo do Egito em sua antiguidade a autora pontua:

A astronomia egípcia era tão avançada que, em 4240 a.C. já havia desenvolvido um calendário mais exato do que o ocidental contemporâneo. As pirâmides comprovam o conhecimento e a prática de arquitetura, engenharia e matemática, ou seja, a alta tecnologia africana de quase cinco mil anos atrás. Os papiros de Ahmes e de Moscou mostram o desenvolvimento da matemática abstrata no Egito treze séculos antes de Euclides. Milênios antes de Hipócrates, os verdadeiros fundadores da medicina foram Atótis – filho de Menés, o primeiro faraó do Egito unificado –, que a praticava por volta de 3200 a.C.; e Imhotep, que, por volta de 2700 a.C., realizava investigações em vários campos, inclusive na medicina. (NASCIMENTO, 2008, p. 64-65)

Diop dialoga com a perspectiva de Constantin Volney (1785), que por volta dos anos de 1783 e 1785, foi ao Egito e constatou observando os egípcios nativos (os Coptas), que os mesmos tinham traços tipicamente negroides, olhos inchados assim como o rosto, o nariz no formato achatado e a boca contendo lábios grossos (VOLNEY, 1785), concluindo assim que de fato os egípcios são e foram fundados por negros. A tez mais clara observada, se deu em virtude das mesclas oriundas do cruzamento de vários anos com os Gregos e Romanos.

No momento em que os historiadores se voltam para a civilização egípcia e a importam (sua origem) de um berço asiático, o teórico considera uma falsificação da história. Além de Volney, Dio se baseia em Domeny, que se volta para os Egípcios enquanto uma raça vermelho-escura e que esta, por muito tempo, dominou as outras raças. Para Diop a raça vermelho-escuro nada mais é do que a cor natural da pele do Negro. O autor defende também que a raça amarela seria proveniente de um cruzamento entre as raças branca e preta.

O Nascimento da Egiptologia foi assim marcado pela necessidade de destruir a memória de um Egito Negro a qualquer custo e em todas as mentes.

[...] Incapazes de detectar qualquer contradição nas declarações formais dos Antigos após um confronto objetivo com a total realidade Egípcia, e conseqüentemente incapazes de refutá-la, eles ou davam-lhe o tratamento de silêncio ou a rejeitavam dogmaticamente e indignadamente. [...] Em seguida, eles tentam em vão encontrar uma origem branca para a civilização Egípcia. (DIOP, 1974, p.90-91)

Champollion (1839) faz uma breve descrição sobre os achados por volta do sec. XIX, e evidencia que os egípcios na sua antiguidade já se diferenciavam dos seus vizinhos, já faziam atribuições e distinções entre os indivíduos que os cercavam. Os Egípcios se alto denominavam enquanto Rôt-em-ne-Rome, raça mais próxima dos Deuses (vermelho-escuro), a pele preta é descrita como Nahasi; a pele bronzada ou amarela é denominada de Namou, e por fim, a raça denominada de Tamhou, eram pertencentes aos indivíduos brancos, chamados “cor de carne”. Sobre a estratificação o etnólogo diz:

1. Os habitantes do Egito que, por si só, formavam uma parte do mundo...;
2. Os habitantes da África propriamente: Pretos;
3. Os Asiáticos;
4. Finalmente (e eu tenho vergonha de dizer isso, já que a nossa raça é a última e a mais selvagem nas séries), os Europeus que, nessas épocas remotas, francamente não tinham uma figura muito fina no mundo. (CHAMPOLLION, 1839, p. 30, apud DIOP, 1974, p. 94)

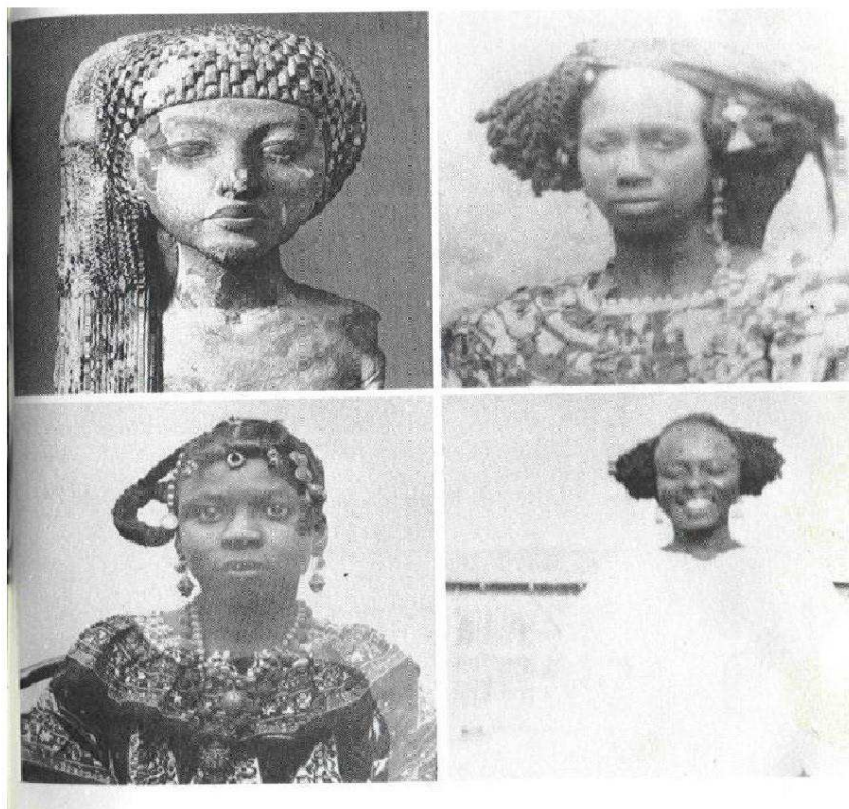
Quando problematiza a raça que o arqueólogo Champollion caracteriza aos Egípcios, Diop enfatiza que:

É típico para os Egípcios ser representados em uma cor oficialmente chamada de “vermelho-escuro” [“dark red”]. Cientificamente falando, não existe realmente nenhuma raça vermelho escuro. O termo foi lançado apenas para criar confusão. Não existe nenhum homem realmente preto. No sentido exato da palavra. A cor do Negro, na realidade beira o marrom; mas isso varia de região para região.

Se Egípcios eram Brancos, então todos esses povos Negros então mencionados e tantos outros em África são também Brancos. Assim, chegamos à conclusão absurda de que os negros são basicamente Brancos. (DIOP, 1955, p. 97-98)

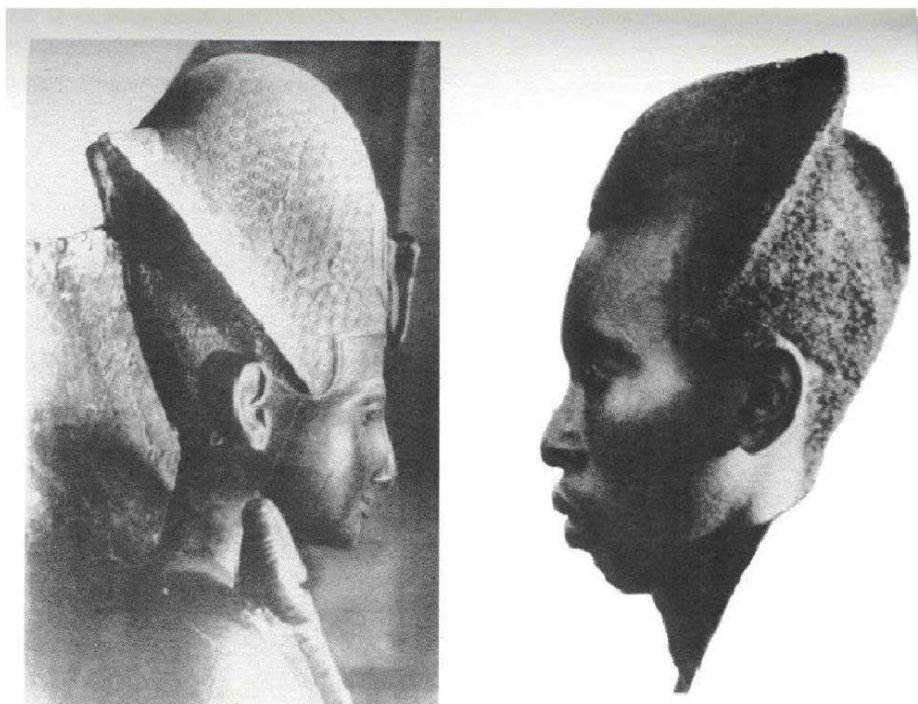
Consoante Diop, Champollion (1839) afirma que as provas levantadas pelo pesquisador (Volney) não se sustentam e são inadmissíveis. Champollion defende que a pele preta e cabelo lanoso não são evidências suficientes para adjetivar os indivíduos egípcios enquanto negros.

Champollion (1839) afirma que os egípcios tinham cabelos longos, características dos indivíduos de pele branca, Diop rebate seu argumento falando que existem indivíduos de pele preta com esse adjetivo, os dravidianos, por exemplo, são considerados pretos na Índia e possuem cabelos longos.



**Fig.2** – A escultura na primeira imagem à esquerda corresponde a uma princesa egípcia, e as demais correspondem a três meninas senegalesas. (Fonte – DIOP, Cheikh Anta. *The African Origin of Civilization: Myth or reality*. Tradução: Mercer Cook, 1974, p. 81.)





**Fig.2** – Do lado esquerdo temos a figura do Faraó Ramses II, e do lado direito a foto de um homem Watusi moderno. “O penteado do Watusi só pode ser concebido para o cabelo lanoso [woolly hair]. Os pequenos círculos no capacete do faraó representam o cabelo crespo (como notado por Denise Cappart em seu artigo *Reflexo do Mundo [Reflét Du Monde]*, 1956).” (Fonte – DIOP, Cheikh Anta. *The African Origin of Civilization: Myth or reality*. Tradução: Mercer Cook, 1974, p. 52.)

A filosofia e todos os seus “precursores” estudaram e assimilaram os conhecimentos dos sábios escribas egípcios. De acordo com Nascimento (2008), Platão, Sócrates, Tales de Mileto, Anaxágoras e Aristóteles, foram os que tiveram sua formação na antiga Alexandria e que posteriormente se apropriaram dos conhecimentos obtidos e tomaram como os seus legítimos idealizadores.

Alguns autores, como George G. M. James (1954, 1976) documentam que grande parte desse conhecimento era levado à Grécia por meio de processos desonestos ou até violentos. Escritores gregos, em vários casos, apresentavam-se como autores de conceitos ou teorias que haviam aprendido com estes africanos. O saque da biblioteca de Alexandria foi um episódio central nesse processo, implicando a destruição e o deslocamentos de muitos textos antigos. (NASCIMENTO, 2008, p. 65)



Partindo desse pressuposto, temos uma negação histórica por parte dos intelectuais em aceitar que a cultura ocidental, suas ciências (medicina, filosofia, matemática, a própria escrita em si), foram extraídas dos povos ditos “orientais”. De acordo com Gregory da S. Balthazar (2013), é graças ao darwinismo social que desenvolveu a superioridade do homem branco, suas crenças e costumes passaram a se tornar a regra para constituir qualquer civilização. O “*modelo ariano*” passou a ser disseminado com mais vigor durante o período colonial e reconheceu o seu auge no final do século XIX.

O autor esclarece que houve uma reescrita da história da construção dos povos europeus que, segundo a nova teoria, sua formação se deu a partir de invasores do norte do mesmo continente. No século XIX, que foi margem para o fortalecimento dessa corrente teórica, os pensadores europeus estavam dominados pelos pensamentos raciais e anti-semítico, que foi parte fundante do nascimento das ciências e, principalmente do colonialismo europeu (BALTHAZAR, 2013). Assim, esses mesmos pensadores elegeram a Grécia como o verdadeiro berço da cultura ocidental.

É partir desse momento que os binarismos e as polaridades são construídas, afetando diretamente a perspectiva sobre o passado também, o “Ocidente – civilizado, atualizado, desenvolvido – e o Oriente – selvagem, atrasado, subdesenvolvido” (BALTHAZAR, 2013, p. 32). O pensamento racial em muito contribuiu para tornar tudo o que não fosse europeu em algo inferior, como já foi mencionado o mito da criação do negro defendido por Cheikh Anta Diop (1974). Não só a pauta racial mas, o distanciamento de homens e mulheres, e questões voltadas a especificações de gênero ficaram ainda mais evidentes.

Ao partir do pressuposto de que as diferenças eram reais e intransponíveis, as/os estudiosas/os buscaram fundar na natureza os binarismos produzidos na vida social, mantendo hierarquias e relações de dominação como, por exemplo, branco-negro, homem-mulher, heterossexual-homossexual, Oriente-Occidente. Assim, enquanto mecanismos sociais, as operações binárias foram construídas como formas de organização da vida social como um todo. Logo, o construto binário de raça foi parte fundamental na edificação das fronteiras de atuação dos estudos clássicos e egiptólogos. (BALTHAZAR, 2013, p. 33)

Nascimento (2008) considera Diop o responsável por reconstruir a perspectiva do modelo social proposto inicialmente pelo matriarcado, se opondo aos teóricos europeus (Morgan, Engels e Bachofen) que entendem o mesmo enquanto um sistema isolado /distinto do patriarcado, e que não há teorias que comprovam que um sistema leva ao outro respectivamente. Ambos são leituras sociais independentes e funcionam de acordo com seus respectivos condicionantes climáticos e geográficos.

A universalidade do patriarcado é questionada e simplesmente é revisada a partir do momento em que Diop apresenta os fatos que evidenciam a existência de civilizações que conheceram o auge do desenvolvimento tecnológico, social, cultural e religioso, possuindo uma base matriarcal /matrilinear. A escala na verdade consiste em uma tentativa frustrada de reconhecer as civilizações africanas enquanto inferiores e primitivas.

Cheikh Anta Diop (1955, 1959) examina de forma detalhada essas teorias, mostrando em cada caso que a suposição da evolução universal rumo ao patriarcado carece de base científica. Por exemplo, ele observa que, de acordo com essa hipótese da universalidade do progresso rumo ao patriarcado, civilizações avançadíssimas como foram os impérios de Gana ou Asante, na África ocidental, bem como o próprio Egito antigo, seriam exemplos de um “estágio avançado da barbaridade” devido unicamente à sua estrutura social matrilinear. Ao mesmo tempo, as tribos nômades germânicas, com suas práticas bárbaras, registradas pelos escritores romanos – como a violência sistemática como as mulheres, o infanticídio e o canibalismo -, representariam a fase da “civilização superior” graças apenas à sua organização social patriarcal. (NASCIMENTO, 2008, p. 74)

Diferente do universalismo patriarcal, existem dois berços civilizacionais, o patriarcado, que se desenvolveu nas estepes da eurásia (eixo nórdico), com condições climáticas e geográficas (a falta de recursos hídricos, clima extremamente frio) favoráveis ao nomadismo; e o matriarcado que se desenvolveu nas sociedades meridionais, em que as condições climáticas e geográficas (abundância de recursos hídricos, e clima mais quente) favoráveis à agricultura e a sedentarização desses povos. Porém um sistema não se sobrepõe ao outro, coexistem em suas respectivas esferas condicionantes.

Ao contrário do que se propõe o sistema patriarcal, que seria a superioridade da figura masculina em detrimento da feminina (a mulher enquanto inferior ao homem), o matriarcado não estabelece uma relação de sobreposição entre os sexos e gêneros, e sim,

consiste nos princípios de “igualdade” e harmonia entre homens e mulheres. Um é o complemento do outro, são indissociáveis e possuem os seus papéis de importância nos contextos sociais, familiares e religiosos.

A visão de equidade social e jurídica no Antigo Egito seja muito discutida, pois é uma tarefa difícil entender até que ponto homens e mulheres detinham os mesmos direitos garantidos e em que proporção essas garantias eram concedidas à ambos. A visão de Diop sobre a sociedade egípcia se resumiu à realeza (macro história), pouco ou quase nada foi absorvido pelas famílias camponesas. Em virtude dessa falha, é complicado estabelecer uma noção precisa de que homens e mulheres eram de fato equivalentes.

Porém o princípio de harmonia não é descartado, e muito menos passivo de ser entendido enquanto uma essência utópica do passado egípcio. Se comparada à outras civilizações que coexistiram com o Egito, as mulheres neste último se encontravam em um patamar muito superior. Muito se pensa sobre o status social da mulher na antiguidade egípcia em comparação com o contexto ocidental contemporâneo, pois é surpreendente pensar o quanto uma sociedade, há mais de cinco milênios atrás, já gozava de estruturas sociais que as mulheres almejam alcançar na atualidade.

## **2. Uma análise do feminino no Egito Antigo**

### **2.1 Direito Egípcio, uma perspectiva comparada com o direito ocidental atual**

Não é novidade que os movimentos feministas estão presentes na sociedade ocidental há várias gerações, e estes movimentos sempre objetivaram a busca dos direitos reconhecidos por lei e aplicados socialmente às mulheres. A opressão, submissão à mulher e tudo aquilo que gira em torno do gênero feminino é uma característica das sociedades regidas pelo patriarcado; vetadas ao estudo, ao direito ao voto, ao livre arbítrio e ao mercado de trabalho, a mulher estava limitada e dependente da tutela do seu pai/irmão/avô/marido.

A tutela é uma característica tão forte no sistema social ocidental que, no Brasil, o artigo 242 do Código Civil brasileiro de 1916 (Lei 3.071 de 1º de janeiro de 1916), nos dá um claro panorama das restrições que as mulheres sofriam e as circunstâncias que essas se viam condicionadas à autorização dos seus maridos:

A mulher não pode, sem o consentimento do marido: I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher; II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens; III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem; IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado; V. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus públicos; VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251; VII. Exercer profissão; VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal; IX. Aceitar mandato. (BRASIL, 1916, Lei 3.071, art. 242)

Com a inserção no mercado de trabalho, o acesso à educação e a concessão do voto, mesmo que no seu princípio ele tivesse valores diferentes em detrimento ao masculino; as mulheres passaram a questionar sua importância e revisar seus papéis sociais, em outras palavras, passaram a desnaturalizar o local historicamente ocupado na sociedade ocidental. No contexto americano, não só as questões relativas à gênero, mas também aos movimentos raciais cresceram em uma escala imensurável e até hoje questionam e transformam o seu lugar social e histórico.

Mesmo que um grande caminho já tenha sido percorrido, as mulheres ainda sofrem com desvalorização do seu trabalho, Jane Soares de Almeida (1998), em meio às suas perspectivas teóricas acerca da inserção da mulher no mercado de trabalho e na educação, alega que:

O trabalho feminino, historicamente, tem sofrido pressões e tentativas de controle ideológico e econômico por parte do elemento masculino e das instâncias sociais, como tem apontado os pesquisadores e, principalmente, pesquisadores de vários países. O trabalho *docente* feminino, além do processo regulador impingido pelo sistema capitalista, também encontra-se atrelado a esse modelo de normatização exigido pelas regras masculinas e é acentuado pelo controle que o sistema social pretende exercer sobre as mulheres esses mesmos planos. Além disso, não há como negar que os setores ocupacionais com os menores salários são e sempre foram ocupados por mulheres, nos mais diversos países. (ALMEIDA, 1998, p. 63)

Mediante a essas afirmações se faz muito importante uma reflexão sobre os sujeitos responsáveis por esses processos. O homem moldou a sociedade ocidental destituindo qualquer resquício que fosse de uma emancipação feminina, deixando seu legado e sua contribuição para a história à mercê do esquecimento. O somatório de um conjunto de fatores foram propícios para fomentar essa realidade na qual vivemos, onde

estabelece uma escala que compreende o homem, hétero e branco no topo, e a mulher negra no último degrau.

Gregory da Silva Balthazar (2011), estabelece uma discussão acerca das consequências instauradas pela historiografia patriarcal, e como sua imposição teve uma parcela significativa de contribuição para que se produzisse, com passar das gerações, um passado dos grandes homens e seus feitos para a formação da nossa história. Fomentando assim a iniciativa dos estudos feministas para se debruçarem aos estudos do passado das mulheres, na tentativa de consolidarem um reparo de séculos sobre os seus ancestrais.

[...] pode-se definir a estrutura patriarcal como resultado da histórica tomada de poder por parte dos homens sobre as mulheres, cujo agente ocasional foi a ordem biológica, mas que foi elevado à categoria política e econômica. Essa tomada de poder passou forçosamente pela submissão das mulheres à maternidade, à repressão da sexualidade e à apropriação da força de trabalho total do grupo dominado, do qual o primeiro, mas não o único produto são os filhos. (BALTHAZAR, 2011, p.2)

Tomando como ponto de partida a estrutura patriarcal apresentada pelo artigo, fez-se necessário o estudo da causa feminina para suprir o déficit dos estudos voltados para a mesma. As feministas, conforme aponta Balthazar, fomentaram um revisionismo histórico, passaram a questionar o caráter primariamente social das diferenças baseadas no sexo (BALTHAZAR, 2011), visaram: localizar a mulher na história, o seu passado, tomando-a enquanto agente histórico também importante e transformador. Sobre este o artigo diz:

[...] as feministas se voltaram para tarefas antropológicas que definiam a existência de uma forma de comunidade ou cultura humana que, sendo anterior a essa forma social do patriarcado, estava centrada na mulher e na sua fecundidade, que classifica-se em duas formas: o matriarcado e a matrilinearidade. A primeira é a forma social na qual o poder é exercido pelas mulheres, em especial pelas mães, e a última é uma estrutura social na qual a tradição sócio-cultural é transmitida e assegurada pela figura da mulher. (BALTAZAR, 2011, p. 2)

Partindo desse pressuposto, a busca incessante para encontrar respostas no passado que legitimassem as causas recentes, as feministas se depararam com realidades que não seguiam necessariamente a lógica patriarcal. No Egito faraônico por exemplo, os papéis dos homens e das mulheres no âmbito social eram muito diferentes do modelo de civilização europeia exportado pelos gregos e romanos. Alguns pesquisadores acreditam

que as mulheres no Egito Antigo gozavam de direitos equivalentes aos tidos pelos homens, condição essa que a mulher, hoje, vem tentando conquistar.

A partir do momento em que houve a revisão dos conceitos de matriarcado e patriarcado respectivamente, quando estes foram deslocados da escala evolutiva que, anterior à Cheikh Anta Diop (1955), as noções das relações de gênero e sexo passaram a ser também relativizadas. O matriarcado como uma leitura do patriarcado às avessas não passa de uma má interpretação do real sentido do sistema. Diop desenvolveu esse conceito observando a realeza egípcia e o seu sagrado, que servia de espelho para toda a civilização.

Em um artigo publicado pela Equipe Âmbito Jurídico (s/n, 2016), é feita uma análise das semelhanças existentes entre as formas de direito existentes no Egito antigo com o modelo atual, verificando assim que as noções do passado não são tão ultrapassadas como muitos acreditam que sejam. É mais do que nítido perceber, através da proposta do artigo, que houve de fato um retrocesso nas formas de se conceberam os papéis e direitos sociais de homens e mulheres.

Como já foi abordado, no Egito a presença do sagrado é um pilar norteador de todas as coisas, não é à toa que todos os seus princípios e normas sejam construídos à partir de suas convicções sagradas. O artigo aborda primeiramente as noções do Maat<sup>6</sup> e a existência de um manual conhecido por Papiro de Ani<sup>7</sup> que contém 42 confissões negativas que regem todos os princípios da vida do egípcio antigo, seus princípios éticos, morais e de justiça. Sobre isso:

---

<sup>6</sup> “A Deusa *Maat*, até onde os materiais disponíveis nos permitem enxergar, surge primeiramente referida na cosmogonia não propriamente como uma deusa, mas como um atributo da deusa *Tefnut*, integrante do primeiro par divino surgido no universo, segundo a cosmogonia heliopolitana. Os egiptólogos mais proeminentes encontram dificuldades em estabelecer os atributos da deusa, identificada como “a unidade atmosférica”. O símbolo que a representa é um vaso, provavelmente sugerindo o útero feminino. Parece que os próprios egípcios tiveram dificuldades em transmitir a ideia contida em tal princípio, o que pode supostamente os ter conduzido posteriormente à identificação da deusa com seu atributo mais facilmente inteligível – o de ordenação cósmica -, *Maat*.” (CAMARA, 2011, p. 52)

<sup>7</sup> O Papiro de Ani (1300 a.C.) também é popularmente conhecido por “O Livro dos Mortos”, e em descrição o artigo diz: “Feitas essas considerações, ao analisar-se cada uma das 42 confissões, consegue-se estabelecer vínculos com alguns princípios de Direitos Humanos, tais como o respeito à propriedade privada (confissões 2, 3, 5, 6, 7, 9, 16, 40 e 42), a dignidade da pessoa humana (confissões 18, 20, 23, 31 e 41), o direito a vida, bem como, a integridade física e mental (confissões 4, 12, 14, 23 e 28).” (s/n, 2016, p. 2)

Embora as 42 confissões negativas sejam dotadas de um misticismo evidente, vez que se destinavam a um ritual de passagem entre a vida e a morte, pode-se claramente encará-las como princípios que regiam todos os aspectos da vida do egípcio antigo, sendo assim, diferente não seria com as leis que obviamente seguiam a regra de Maat, deusa responsável pela ética, moral e justiça.

Tais confissões negativas tratam-se de uma espécie de prestação de contas do morto para com cada uma das 42 divindades que compunham o panteão egípcio. Sendo assim, para cada divindade e levando-se em conta o aspecto da vida que aquela divindade regia, fazia-se 42 confissões. (s/n, 2016, p. 2)

O Papiro de Ani contém as evidências de como funcionavam os mecanismos sociais. Os egípcios eram regrados pelo mundo espiritual/religioso, então suas leis eram relacionadas as propriedades relativas às divindades e sua capacidade de zelar pelos ambientes, objetos, animais pertencentes à determinado deus. Assim como as sociedades contemporâneas, os egípcios eram submetidos à um conjunto de normas que esclareciam os princípios de boas condutas sociais e revela que as práticas eram relativos ao respeito mútuo e era abrangente a todos os indivíduos inseridos no contexto egípcio.

A concepção da mulher na antiguidade egípcia, conforme aponta o artigo, é equiparável à moderna, pois as egípcias usufruíram de direitos que os seus vizinhos do mediterrâneo (gregos, mesopotâmicos e romanos) não conheceram. A mulher tinha acesso às grandes posições políticas, sendo que algumas delas ocuparam o trono por legitimidade; permitia-se que as mulheres fossem sacerdotisas, e, em suma, gozavam de uma enorme liberdade, quase que só comparável à da mulher contemporânea (s/n, 2016).

O nome da mãe antecedia o do pai, e a mulher podia ser proprietária, herdar terras bens e adotar filhos se assim quisesse. A tutela romana não era presente na realidade egípcia, neste o pai zelava pela sua filha, apenas no sentido da educação e proteção, não enquanto propriedade, semelhante as relações de família atuais.

## **2.2 Existiu “igualdade entre homens e mulheres” no Egito Antigo?**

O discurso de igualdade entre os sexos masculino e feminino no Egito faraônico para alguns é tido como uma narrativa “romantizada”. Embora as mulheres de fato despontassem de privilégios sociais que às distinguíssem de outras que se situavam nas civilizações vizinhas no mesmo período, é muito embaraçoso, ainda, afirmar que o termo “igualdade” possa ter existido na prática.

Glória Maria D.L. Pratas (2011), em meio as suas convicções procura esclarecer um pouco sobre os papéis, atividades econômicas e religiosas de homens e mulheres no Egito, falando da distinção entre ambos, e como, para ela, a mulher estava a mercê de cargos e profissões menores. Pratas cita como primeiro exemplo, o ofício de escriba e como era desejado por muitos jovens, porém, vetado ao acesso de mulheres, já que estas eram preparadas para se tornarem as “Senhoras do Lar”. Mas as escritas em relevo e as pinturas nos introduz um leque de ocupações que as mulheres poderiam ter na sociedade egípcia para além do domínio domiciliar.

Nos relevos e pinturas analisados, a referência às mulheres, tanto na literatura como na representação artística, relata o universo feminino em seus afazeres domésticos como a tecelagem de linho, o artesanato, a preparação de cerveja e de pão, bem como nos trabalhos do campo. Elas também foram representadas como carregadoras de oferendas nas procissões e como “carpideiras”, cujas lamentações acompanhavam a dor da família durante o processo fúnebre. (PRATAS, 2011, p. 160)

As mulheres egípcias puderam exercer posições que lhe conferiram importância nas esferas do poder político e administrativo do império, nomes como Cleópatra, Hatshepsut (a única e primeira mulher faraó) e Nefertiti são mencionados no artigo como exemplos de mulheres que furaram a bolha da lógica social egípcia. Porém, segundo Pratas (2011), a escassez de registros sobre as camadas mais baixas da sociedade egípcia, das famílias camponesas (representavam maioria da população), não nos permite compreender até que ponto essas relações se estendiam.

Para entender melhor como funcionava a sociedade do Egito antigo, e entender o lugar da mulher nela, deve-se entender os princípios básicos e fundamentais que a constituía. De acordo com o artigo, na antiguidade os homens eram responsáveis pelas atividades da caça, da pesca e com os trabalhos mais pesados (edificação e construção civil, defesa territorial); já a mulher cuidava da casa, zelava pela família, e também era responsável pela coleta e agricultura. No Egito, Pratas explana:

As inscrições demonstram uma visão dual das mulheres: ou elas eram “honradas” – estavam em conformidade com as normas sociais (os textos sapienciais de todos os períodos deixam claro que a mulher era responsável pela casa e que seu dever era ter filhos), ou que representavam “perigo” – quando não apresentavam essa conformidade. Já nos textos autobiográficos, o que vemos são referências às mulheres por meio de sua relação com os homens, ou seja, com seus maridos e filhos. (PRATAS, 2011, p. 6)



### 2.3 Ofício feminino

A mulher no Egito, conforme defende Pratas (2011), ocupava uma posição secundária em relação ao homem, este é evidente quando os cargos administrativos eram vetados à participação feminina, sendo relegado as mulheres funções maternas e domiciliares. Com exceção à algumas rainhas que governaram o Egito em posições de regentes, por ausência de herdeiros com idade para assumir com os direitos e deveres de um legítimo Faraó; e à Hatshepsut, a única mulher Faraó da história do país.

Hatshepsut (início do sec. XV a.C.) na XVIII dinastia, embora tenha assumido o título de Faraó sendo uma mulher, não abriu mão dos adereços e vestimentas reais e sacerdotais masculinas, o que gerou controvérsias sobre a figura masculinizada da rainha por diversos pesquisadores que já se debruçaram sobre o seu passado, termos anacrônicos ou não, as narrativas de poder tomadas para o natural masculino, mesmo que tentador, para observarmos a sociedade egípcia, não é lógico estabelecer essa perspectiva isolada, já que para além de um rei (um homem), o Faraó era o próprio Deus Hórus em terra (uma divindade). No entanto, deixando de lado a realeza, temos nas camadas mais baixas do social:

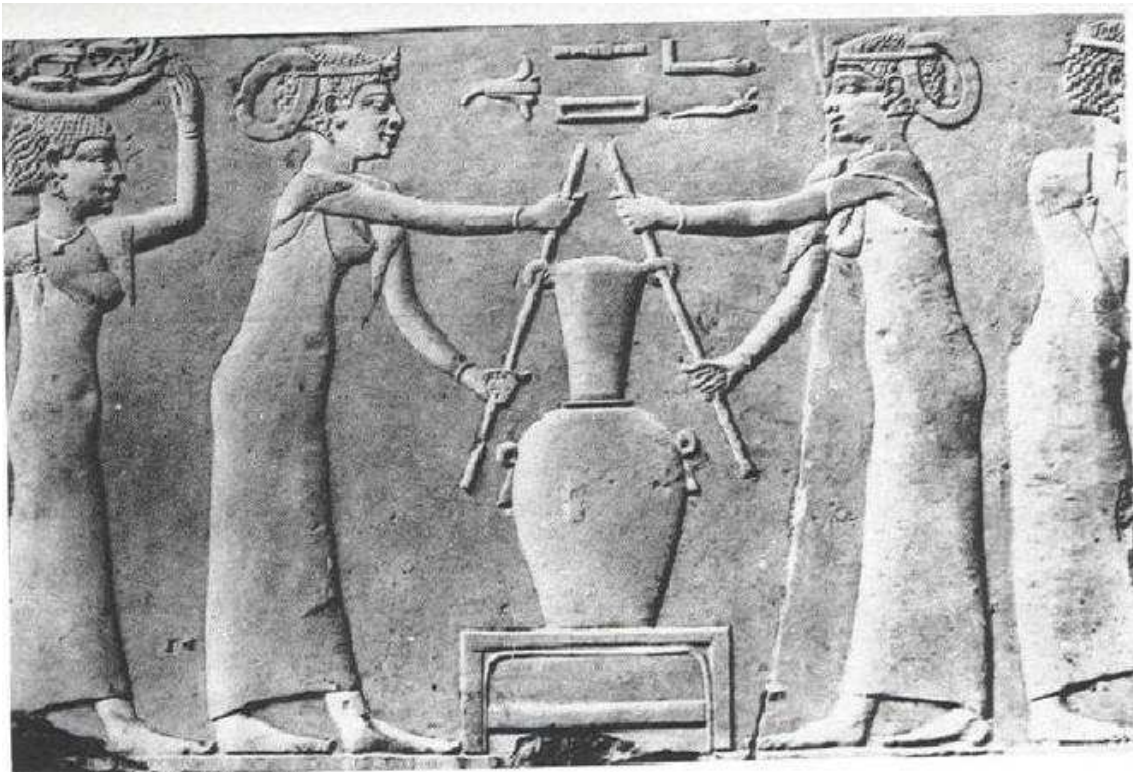
Mas, qualquer que seja sua posição social, segundo Salles (2006), a mulher é primeiramente uma dona de casa, que administra o cotidiano com seus imprevistos, vela pela manutenção corrente da casa, ocupa-se dos filhos, sem esquecer dos pais idosos. Na alta sociedade, as esposas de funcionários administram a vida doméstica e, eventualmente, acolhem os hóspedes e preparam as festas. (PRATAS, 2011, p. 7)

As mulheres na antiguidade egípcia trabalhavam, assim como os homens, na corveia do Faraó, Bakos (2009) também defende que as mesmas não desempenhavam atividades administrativas, e que apenas algumas mulheres ficaram conhecidas por cuidarem dos interesses relativos às atividades do marido, evidenciando o quanto a participação feminina influenciava o setor econômico e administrativo do Egito antigo.

Era comum, que as mulheres jovens desempenhassem atividades de dançarinas e acrobatas (BAKOS, 2009), podendo fazer companhia para os homens durante as procissões de ordem religiosa, com a função de agradar aos Deuses com músicas e danças, que se mostravam em demasiado profissionais. Outra atividade destacada pela

autora, que competiam às mulheres desempenhar, era a coleta das flores e extração das suas respectivas essências.

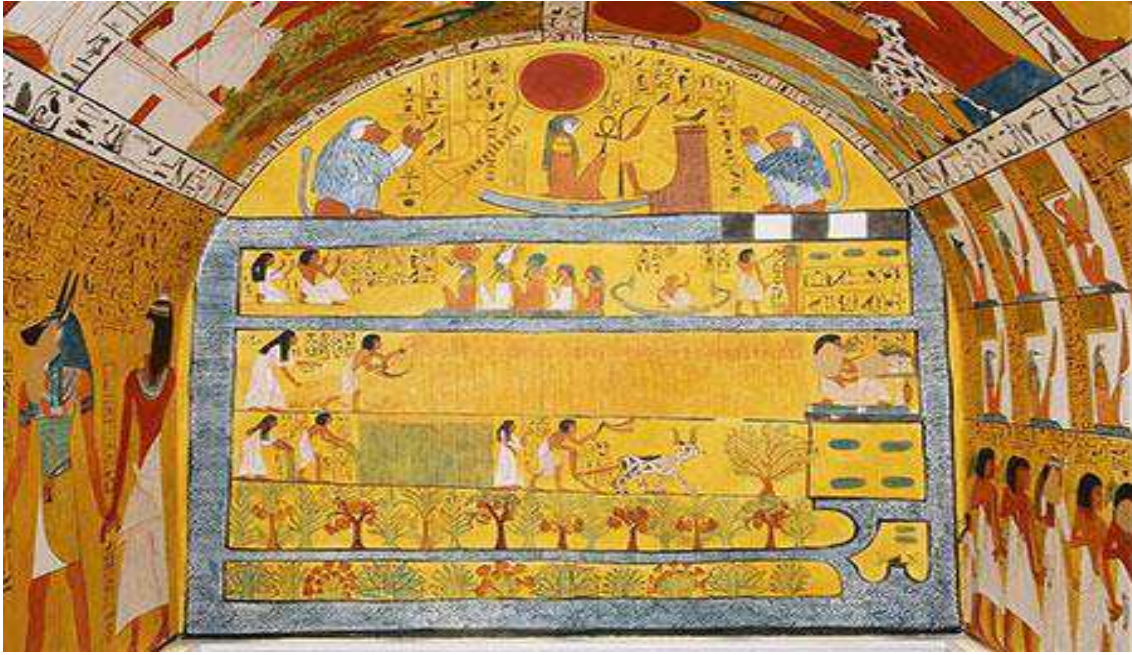
No que compete à esfera religiosa as mulheres detinham participação demasiada importante, recebiam títulos e até mesmo cargos enquanto sacerdotisas, como a autora exemplifica, durante a época baixa<sup>8</sup>, que as princesas e esposas dos Faraós detinham o cargo de “Adoradora divina de Amon”. As mulheres da alta sociedade poderiam exercer cargos sacerdotais, assim como também funções de dançarinas e cantoras.



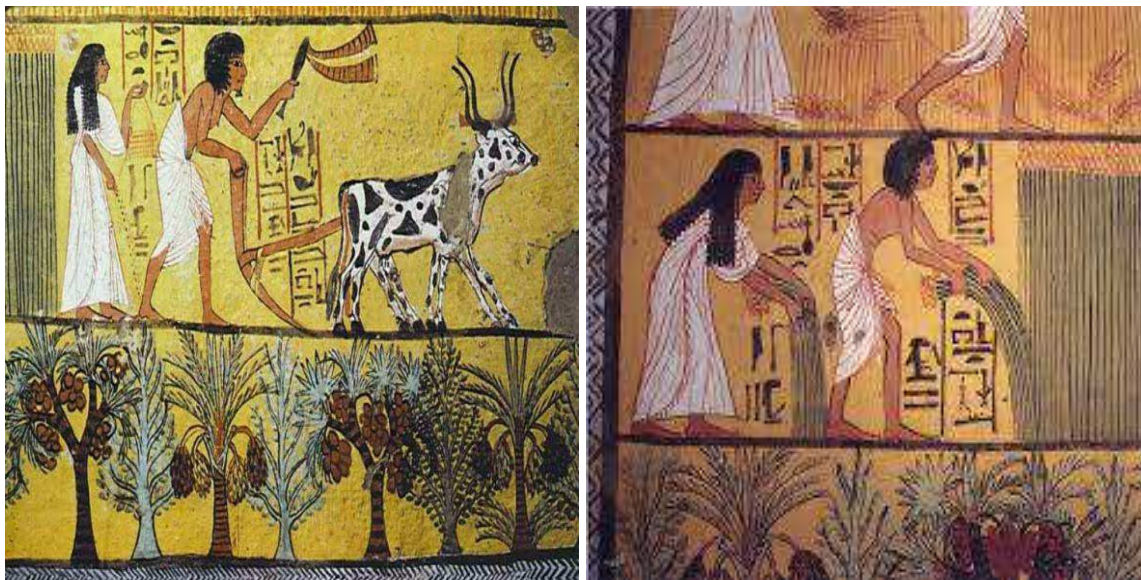
**Fig. 1** – Acima, mulheres egípcias trabalhando na fabricação de perfume. (Fonte – DIOP, Cheikh Anta. *The African Origin of Civilization: Myth or reality*. Tradução: Mercer Cook, p. 73, 1974.)

---

<sup>8</sup> A Época Baixa do Egito Antigo é o período que compreende o último florescimento econômico e cultural da civilização, que vai do fim do Terceiro Período Intermediário, onde se inicia com a Dinastia Saíta (XXVI dinastia) até à Dinastia Ptolomaica que se deu após a conquista de Alexandre o Grande na segunda metade do século IV a.C., e que termina com o falecimento da rainha Cleópatra VII em 30 a.C.



**Fig.2** – Pintura mural da tumba do artesão Sennedjem, localizada em Tebas, no Egito. Na imagem é possível ver algumas das atividades dos camponeses. A pintura é datada de 1294-1213 a.C. (Disponível em - <https://studhistoria.com.br/labodoc/egito-antigo-pintura-de-uma-tumba/>)



**Fig.3** – (à esquerda) Representação mostra claramente um camponês, com o auxílio de uma animal, arando a terra, enquanto a mulher está semeando a terra. (Disponível em - [https://aminoapps.com/c/ciencias-geografia-hist/amp/blog/egito-antigo/5pkX\\_1DcVuL2YG0VpGzZIRopKDWZYq20pW](https://aminoapps.com/c/ciencias-geografia-hist/amp/blog/egito-antigo/5pkX_1DcVuL2YG0VpGzZIRopKDWZYq20pW))



**Fig.4** – (à direita) A pintura retrata um casal de camponeses fazendo a colheita dos cereais. (Disponível em - [http://2.bp.blogspot.com/-ahABu0db5HY/VkDRbepRCXI/AAAAAAAAADBk/OJe6DY1LpaY/s1600/TUMBA.jpg?hl=pt\\_BR](http://2.bp.blogspot.com/-ahABu0db5HY/VkDRbepRCXI/AAAAAAAAADBk/OJe6DY1LpaY/s1600/TUMBA.jpg?hl=pt_BR))

As pesquisas destacadas no artigo apontam que as houve uma diferenciação dos fluxos de mão de obra feminina no Egito com o passar das geração, que a partir do III milênio a.C. até o final do milênio seguinte, houve uma diminuição das oportunidades de trabalho fora de casa para as mulheres. Ou seja, até o antigo reino, existem registros de mulheres, mesmo que inferiores à quantidade dos homens, que exerceram posições de chefia, controlando bens e mão de obra (PRATAS, 2011). Diferente do que se deu posteriormente no reino médio, onde as mulheres passaram a exercer funções subalternas, com exceção da família real. Alguns indícios podem comprovar esses dados:

Havia, também, uma distinção quanto à retratação imagética dos personagens em sua coloração: os homens eram retratados com uma tonalidade acastanhada (eles trabalhavam a sol pleno) e das mulheres amarelada (uma menor exposição ao sol, representando que sua vida era dentro do lar). (PRATAS, 2011, p.10)

Pratas, Jaqueline Morley e David Salariya (1999) afirmam que as mulheres das camadas sociais mais pobres contribuía para a renda familiar, estas exerciam algumas funções que iam além de cuidar apenas dos seus lares. Elas poderiam ajudar no ofício de seus maridos, atuavam na fabricação de pães, cerveja, confeccionavam cestas, tecelagens e fiações. Contudo, as mulheres da alta sociedade, que tinham mais condições aquisitivas, viam a oportunidade de trabalhar enquanto uma espécie de ostentação. (PRATAS, 2011).

Cardoso (2003) defende que, embora houvessem os indícios que afirmassem o ofício feminino, eles eram muito escassos, o que denuncia, nas representações das camadas camponesas, uma ausência da mulher junto do seu marido. A parte que cabe a representação feminina estão contidas nos antigos túmulos egípcios, onde a hierarquia inicia-se pela esposa ou mesmo mãe do proprietário do túmulo (PRATAS, 2011), cabendo assim às mulheres uma posição de prestígio na estrutura familiar.

Quando não ela estava retratada nas pinturas e relevos, ao lado de seu marido nas atividades, mas em sua maioria estava posta à mesa de oferendas, na qual faz parte crucial

da sua religiosidade. Porém, o artigo ressalta o quão importantes algumas mulheres foram para o Egito, a rainha Ahotep I por exemplo, assumiu a regência do Egito em um momento que país se encontrava em profundo colapso nas mãos dos Hicsos, sendo assim, as suas representações e túmulo foram bem ornados e construídos.

Na busca incessante por um contraponto na estrutura patriarcal, as feministas se debruçaram sobre os estudos pré-patriarcais para encontrar elementos que embasassem as teorias de uma sociedade em que o modelo social fosse segmentado pelo matriarcado, procurando comprovar que as mulheres assim como os homens poderiam participar do âmbito público, acreditando haver uma certa igualdade entre homens e mulheres no contexto social, político e econômico.

Em decorrência dos estudos para a catalogação dos sistemas pré-patriarcais, o Egito Antigo surgiu como modelo de sociedade que atendia todas as demandas exigidas pelas feministas. Porém, conforme aponta Balthazar, deve-se ter uma cautela para se analisar como a mulher se insere na sociedade egípcia, quais os implicativos que denotam os “privilégios sociais” que detinham. Como o Egito possuía uma sociedade altamente hierarquizada, a mulher enquanto sujeito inserido nessa estratificação, não podem ser enxergadas enquanto um grupo homogêneo e isolado (BALTHAZAR, 2011).

Outro cuidado que alerta o autor consta na perspectiva que produziu as narrativas escritas, que no caso pertencem aos escribas, homens letrados, que difundiram visões masculinizadas sobre a sociedade egípcia. O mesmo cabe ressaltar ao olhar para o campesinato e às camadas mais inferiores da sociedade egípcia, leituras e reproduções feitas por homens privilegiados socialmente. Sendo assim, os estudos para essas camadas devem levar em conta a noção do olhar elitizado sobre elas.

Baltazar também problematiza a igualdade de gênero no Egito, pois, ainda que, as mulheres gozassem de um leque de direitos e liberdade que nenhuma outra civilização do mundo antigo deteve, na prática essa “igualdade” de fato se aplicava. Conforme Gay Robins (1996) isso não se efetivava na prática, a equidade dos direitos não garantiam, mesmo por lei, que as mulheres solteiras deixassem de estarem submetidas a exploração.

Além da situação da mulher solteira, ou mesmo viúva, Robins explora a disparidade entre homens e mulheres contidas nas representações artísticas e religiosas, a figura feminina é, na maioria dos casos, apresentada menor do que a figura masculina, ocupando assim um lugar secundário se comparado ao homem, no que tange às contribuições para a formação da história egípcia.

O artigo se estende para a contribuição de intelectuais brasileiros, e o que eles pensam sobre o debate da equidade de gênero no antigo Egito:

Cardoso parte do pressuposto de que é quase um lugar comum salientar que a situação jurídica das mulheres egípcias era privilegiada em comparação com as demais civilizações antigas, mas salienta que uma coisa é a expectativa, mesmo oficialmente estabelecida e reconhecida, de igualdade jurídica; outra, a possibilidade de exercê-la. (BALTHAZAR, 2011, p. 11)

O autor prolonga um debate sobre a situação da mulher no contexto da antiguidade egípcia, onde alguns estudiosos admitem não conseguirem vestigiar a real situação da sociedade egípcia como é o caso de Margaret Bakos (2009), e outros que assumem uma postura e declaram que embora as mulheres tivessem equidade em relação aos homens, elas detinham uma natureza submissa, como é caso da historiadora Liliane Coelho (2010). Porém, ainda que, a figura da mulher tenha sido em demasiado romantizada pela historiografia feminista, não podemos deixar de notar como foi importante o papel desempenhado pelas rainhas:

Todavia é importante lembrar que o papel das mulheres de âmbito real era complementar ao aspecto divino da realeza masculina. Tradicionalmente, a rainha representava o princípio feminino do universo através do qual o rei varão podia renovar a si mesmo. É possível pontuar uma emergência do poder feminino durante a XVIII dinastia: primeiramente, como já referenciado, pelo fato de que coube à mulher, muitas vezes, em momentos de crise ocupar cargos importantes, como o de regente; (BALTHAZAR, 2011, p. 13)

## **2.4 A prerrogativa religiosa**

No sagrado tudo pode ser compreendido a partir do “Mito da criação de Heliópolis”<sup>9</sup>, que é de fundamental importância para assimilar o papel da figura feminina na formação da sociedade egípcia. Isis possui uma simbologia significativamente primordial passa se entender elementos básicos da cultura egípcia, processos como mumificação, noções do além vida, os segredos da ressurreição e do sol, feitos esses realizados e sobre o domínio da Deusa. Para Poliane Vasconi dos Santos (2005), as deusas eram verdadeiros exemplos que as mulheres se espelhavam, seja a divindade em qualquer domínio que tivesse, sua história era um modelo:

Havia princípios morais que as mulheres deveriam seguir e as deusas eram modelos de inspiração para elas. A Deusa Isis o protótipo de esposa, de boa mãe e modelo de fidelidade e solicitude. Hathor, a deusa do amor, era considerada a deusa que protegia as mulheres da esterilidade e lhe daria muitos filhos. Os ensinamentos de Maat eram sempre lembrados como o equilíbrio necessário para se encontrar respostas para todos os problemas, tornando a mulher uma mãe de múltiplas responsabilidades e a base de um lar feliz e próspero. (SANTOS, 2005, p. 5)

Isis teve um grande papel na guerra travada entre os seus irmãos Seth e Osíris, em uma tentativa de ocupar a hegemonia do Egito, Seth, arma uma cilada para Osíris e então manda construir um sarcófago para abrigar o seu corpo e jogá-lo no rio Nilo, feito isso, Ísis faz uma jornada em busca do corpo do seu irmão e marido até a cidade de Báblos na Fenícia onde o sarcófago encontrou seu destino e foi envolto por uma tamareira, posteriormente cortada à mando pelo rei de Biblos e usada como pilar em seu palácio, a obra “Contos e Lendas do Egito Antigo” de Brigitte Évano (1998) descreve sobre Ísis:

Várias vezes por dia, para realizar suas tarefas de empregada, atravessava aquele portal. Todos os dias, passava diante aquele pilar, mas, absorta na busca de uma árvore, só pensava na forma das árvores que vemos numa floresta ou num jardim. Nunca pensara que poderia se tratar de uma árvore talhada pelos homens.

---

<sup>9</sup> “Segundo o mito, no princípio tudo era caos: o Nun. Nele, surgiu Atum – o autocriado – que possuía os dois princípios vitais: o feminino e o masculino. Atum criou sozinho o primeiro casal: Tefnut (a umidade) e Shu (a atmosfera). Esses dois deram à luz ao segundo casal: Nut (o céu) e Geb (terra), que conceberam dois outros pares de filhos: Osíris e Ísis, Seth e Néftis. Na luta pelo poder que estabeleceu entre eles, Osíris, o bom, foi morto pelo seu irmão Seth, representante do mal.” (BAKOS, 2009, p. 58)

Isis agora entendia perfeitamente o que havia acontecido.

Osíris desceu o Nilo, depois navegou pelo mar. As ondas o jogaram numa praia ao pé de uma árvore nova. Ao reconhecer o visitante real, o jovem vegetal cresceu bem depressa para proteger com seus galhos o sarcófago de Osíris. (ÉVANO, 1998, p. 32-33)

Isis durante a busca de Osíris assume várias personalidades para conseguir êxito em sua busca, até mesmo se disfarçando de uma simples empregada. Ao obter novamente o sarcófago de seu irmão, Seth não contente com a busca de Ísis, rouba o cadáver de Osíris e o retalha em vários pedaços os espalhando por várias regiões distantes, fazendo com que a deusa pássaro iniciasse assim mais uma incessante busca pelas partes do corpo do seu irmão, Isis instituindo a ordem diante da desordem provocada por Seth. Sobre a trajetória da deusa Évano descreve:

Em sua frágil canoa, Ísis percorre incansavelmente as águas do Nilo e do delta. Quando encontra um pedaço do corpo do marido, enterra-o com respeito no próprio lugar em que o descobriu. Mais tarde, os homens erguerão santuários sobre os diversos túmulos de Osíris. Assim, por exemplo, Isis, encontra a coluna vertebral de Osíris na bela cidade de Busíris, e ali a sepulta de acordo com os ritos. [...] Descendo sempre para o Sul, Ísis chega a Abidos. Aí encontra a cabeça de Osíris. As cerimônias fúnebres podem enfim ser concluídas e Osíris pode empreender sua longa viagem para a imortalidade. (ÉVANO, 1998, p. 42-43)

Graças a determinação de Ísis e sua trajetória para restaurar o corpo de Osíris, ela protagoniza a primeira mumificação da história do Egito, ritual esse que se torna a base para que os mortos tivessem o privilégio do descanso eterno. Ísis juntamente ao lado de deuses como Anúbis, Toth e Neftis, fizeram a mumificação do corpo de Osíris e a partir daquele momento ele seria nomeado como o “Deus-Rei do Mundo dos Mortos”.

Em resumo, as atitudes de Isis concretizam o princípio do equilíbrio proposto por Cheikh Anta Diop (1982), em sua teoria do matriarcado, a harmonia e complementaridade entre homens e mulheres. Esse norte religioso, estruturou o sistema social egípcio por milênios e gerações, colocando a mulher em uma posição sagrada conforme foi Ísis enquanto o suporte para seu marido e uma zelosa mãe para o seu filho, e não meramente ficou reservada a esse papel. Ísis trouxe a ordem em um momento em que o Egito foi assolado pelo caos promovido por Seth, os princípios de Maat se tornaram essenciais para o restabelecimento da ordem no mundo egípcio.



Através desse mito, entende-se que, no início dos tempos homem e mulher construam uma unidade física e mental: Atum era andrógino. Na luta pelo poder, estabelecido após a criação dos outros deuses, o elemento masculino salientou-se na disputa entre Osíris e Seth. Foi, contudo, o componente feminino, através da ação de Ísis, que propiciou a legitimação de uma divindade vencedora. Com essa maneira de pensar, torna-se fácil compreender a importância das rainhas na história do Egito, pois representavam uma parcela importante do poder político. (BAKOS, 2009, p. 59)

Como o trabalho feito nessa obra se revela importante pois retrata o feminino em seu cotidiano, As “senhoras da casa” (nebet-per) como caracteriza Bakos, título esse dado a mulher no Médio Império, esboça os indícios de domínio que a mulher possui sobre os bens e estruturas domiciliares. Nesse recorte histórico a mulher possuía, conforme defende a autora, os mesmos direitos de liberdade que competiam aos homens, podendo possuir bens, estando estas casadas ou mesmo solteiras.

## **2.5 Matrimônio**

Até mesmo neste requisito as mulheres egípcias se dissociavam das que coexistiram em outras civilizações. Com base no artigo da Equipe de Âmbito Jurídico (s/n, 2016), o casamento no país era algo de livre escolha dos adultos que atingiam a maior idade, e as questões como virgindade ou casamento arranjado não eram assuntos relevantes para escolha das pretendentes. A condição mais importante era manter a harmonia entre o casal e não cometer adultério, conforme os regulamentos de Maat a deusa da ordem e justiça. Para Santos (2005):

O casamento era considerado um ideal social cujo desenvolvimento harmonioso dependia exclusivamente dos seus noivos e que devia ter por objetivo seguir o caminho da Maat, a deusa da justiça e da retidão. A fidelidade era considerada a maior garantia da manutenção dessa ordem que afastaria os noivos do grande crime do adultério. Não havia uma lei para o casamento, pois se tratava de uma anuência pessoal entre os dois interessados que se comprometiam a um pacto social. (SANTOS, 2005, p. 3)

Partindo desse pressuposto, a mulher estava alheia à qualquer condições que lhe infligissem obrigações para com o casamento, como não havia regulamentos divinos que proibissem a separação, as mulheres detinham o direito de se divorciarem. A estabilidade do casal era assegurada por princípios básicos como fidelidade, fertilidade, moralidade social, mantimento do lar e da boa convivência familiar. O que acaba por reservar ao

matrimônio um papel semelhante ao de um mero contrato. Importância maior do que se casar, era constituir um lar.

No que tange as questões relacionadas à fidelidade no casal, Bakos (2009) descreve brevemente sobre as “Moças da Alegria”. Estas mulheres descritas, eram assim chamadas de “Moças da Alegria”, por desempenharem atividades de cunho sexual, a palavra *Khenemet* era usada para caracterizar mulheres que desempenhavam essa função, e de acordo com a autora, as mesmas eram provenientes da Babilônia. Enquanto mulheres que gozavam da liberdade do prazer, eram temidas pois o seu poder de sedução era capaz de conduzir os homens à caminhos perigosos (desvio do trabalho ou mesmo desequilíbrio familiar).

## **2.6 As instruções e ensinamentos**

As mulheres no antigo Egito, conforme aponta Margaret Bakos (2009), obedeciam regras sociais e possuíam normas/códigos de conduta que as adaptavam para os parâmetros sociais egípcios. As conhecidas “Instruções de Sabedoria” são apontadas e caracterizadas pela autora como:

Uma das características mais marcantes dos escritos desse gênero é que expressavam um pensamento tão dirigido e rígido como se tivessem sido criados dentro de uma moldura. Nesse sentido, tais textos manifestavam uma noção de sociedade regrada e perfeitamente organizada. Por veicularem essa ideia, certamente cooperaram e muito, para institucionalizar máximas estruturalmente construtivas do processo formativo da cosmovisão do Antigo Egito. (BAKOS, 2009, p. 45)

Bakos apresenta seis das Instruções de Sabedoria elas são: “O Ensino de Hergedef”, “O Ensino de Ptahotep”, “O Testamento do Rei Heracleópolis”, “As Instruções de Any”, “As Instruções de Amenemhet”, “As Instruções de Amenemope”. Todas as instruções mencionadas em seu livro são interpretações feitas pela ótica masculina o que nos leva a entender como o Maat é presente na relação de homens e mulheres no meio social egípcio.

As instruções possuem características de conduta do homem para com o trato feminino, na “Instrução de Ptahotep” (V Dinastia), que era o Vizir do faraó Ptahotep,

pediu que fizesse esse manual de instruções para seu filho, no que concerne ao tratamento feminino a autora elenca 4 aspectos principais:

Ptahotep aconselha seu filho a evitar o contato com as mulheres em qualquer lugar que entre, quer como senhor, irmão ou amigo.

Aconselha-o a não ter cobiça, pois esta indis põe pai e mãe, os irmãos e mãe e separa a mulher do marido.

Aconselha-o a que, na prosperidade, ame sua mulher com ardor, encha sua barriga de comida, vista suas costas, dê-lhe óleos para o corpo e alegre seu coração enquanto viver. Dessa maneira, a mulher será para ele como um campo fértil é para o seu dono.

Por último, aconselha-o a evitar brigas com sua mulher e mantê-la longe do poder, pois este a perturba. Assim agindo, conseguirá fazê-la ficar em sua casa. (BAKOS, 2009, p. 48)

A figura feminina na realeza, com base nas instruções apresentadas pela autora, demonstra o zelo mediante o tratamento social (homem/mulher), fomentando um código de cuidados para evitar futuros problemas na relação do homem com sua mulher e com o restante de sua família. Era ensinado também, para as mulheres, que deviam permanecer afastadas do poder, deixando claro que essa atividade era, além de incentivada, de predominância do homem.

A concepção sagrada da mãe também era presente na sociedade egípcia, vista, referenciada e tida enquanto demasiada importante na conjuntura familiar. Nas “Instruções de Any” (XVIII Dinastia), são divididas em 4 partes, e na terceira a figura da mãe é destacada:

Retribua em dobro a comida que a sua mãe lhe deu  
Sustente-a como ela sustentou você;  
Ela teve em você um fardo pesado, mas ela não o abandonou.  
Quando alguns meses depois de você ter nascido,  
Ela ainda o tinha como sua canga.  
Seus seios em sua boca por três anos.  
Como você crescia seu excremento ficava nojento,  
Mas ela não se enjoava, dizendo – O que podemos fazer?  
Quando ela mandou você à escola,  
E você foi ensinado a ler e a escrever,  
Ela ficou vigiando você diariamente,  
Com pão e cevada na sua casa. (BAKOS, 2009, p. 50)

Além de ser reverenciada a mulher, dependendo da situação, também é observada com um olhar de temor pelo homem. Nas “Instruções de Any”, a 2ª parte explana os cuidados que os homens devem ter com mulheres misteriosas, mulheres estrangeiras ou mesmo desconhecidas, pois estas apresentam possíveis problemas futuros para o indivíduo correndo até mesmo risco de morte:

Cuidado com uma mulher que é uma estranha,  
Alguém não conhecida na sua cidade;  
Não a fixe quando ela passa,  
Não a conheça carnalmente,  
Águas profundas cujo curso é desconhecido,  
Assim é uma mulher longe de seu marido.  
“Eu sou bela” ela lhe diz diariamente,  
Quando ela não tem testemunha;  
Ela está pronta pra engodar você,  
Um crime mortalmente grande quando isso é ouvido... (BAKOS, 2009, p. 50)

Ainda na perspectiva do temor ao feminino egípcio, Bakos descreve também as instruções de Amenemhet I ao seu filho Sesóstris I (XII Dinastia (1991-1782 a.C.)), esse manual de conduta foi feito pelo Faraó ao seu filho após sua morte, Amenemhet I sofreu um atentado conspiratório contra a sua vida, e deixou instruções para que Sesóstris I, futuro Faraó pudesse tomar as devidas precauções e evitar o destino de seu pai.

Dentre as instruções, com base nas perspectivas de Bakos, Amenemhet I diz ao seu filho manter uma visão pessimista de todos os indivíduos que o cercam, sejam elas pessoas pobres ou ricas, miseráveis ou influentes, homens ou mulheres (BAKOS, 2009). No que tange a abordagem ao feminino o Faraó alerta a Sesostris I, a desconfiança e o cuidado também são necessários, aconselhando seu filho à vedar as mulheres do acesso ao poder, “pois podem ficar destruidoras. De que? Da ordem, de vidas, talvez, não importa como está representada.” (BAKOS, 2009, p. 53)

A autora também nos apresenta as “Instruções de Amenemope” que está compreendido no contexto cronológico chamado de Período Raméssida (1300-1075 a.C.), este escriba deixou as instruções de legado para o seu filho. Esse manual de conduta consiste, conforme aponta, numa das mais controvertidas obras da literatura do Egito antigo, pois traz umas mudanças nas perspectivas de se conceber a vida material e o pós-morte:

A pobreza não é mais vista como uma desgraça e o homem busca redefinir os seus valores e ideais: a contentar-se com uma posição humilde e com um mínimo de riquezas materiais. Eleva a modéstia à posição de principal virtude e ao exercício constante de autocontrole e humildade perante os Deuses como postura ideal de vida. (BAKOS, 2009, p. 53)

No que faz menção a figura feminina Amenemope destaca o estado da mulher viúva, no tocante ao tratamento respeitoso que se deve ter para com elas, entre as instruções diz: “Não passar os limites da fronteira da viúva.” e “Não arremeta a uma viúva quando você a encontrar nos campos.” (BAKOS, 2009, p. 53)

## **2.7 Corpo feminino na arte da representação Egípcia (Novo Reino)**

Devemos conceber a arte no Egito antigo com uma produção voltada para suprir finalidades religiosas, domésticas ou divinas específicas, portanto a probabilidade de se deparar com uma representação artística avulsa é quase inexistente, pois além de ser uma forma de expressão elitizada (onde na maioria dos casos foram feitos retratando indivíduos das camadas elevadas na sociedade egípcia), ela era de domínio de um grupo menor de artistas chamados de escribas.

Os escribas eram os únicos capacitados e responsáveis pelo domínio das escrituras sagradas denominadas de hieróglifos<sup>10</sup>. É também partindo desse pressuposto que, conforme alega Gregory da Silva Baltazar (2011), não devemos interpretar todas as representações sobre as mulheres com solidez, já que sua narrativa histórica foi construída a partir da visão de homens que compunham um grupo elitizado. Infelizmente o que resta é fazer um trabalho de afastamento de tudo aquilo que propicia uma visão puramente feminina do que está escrito, pois nenhuma mulher (que se tenha conhecimento até então), foi capaz de escrever a sua própria história. Sobre esta situação Balthazar descreve:

A saber, esta noção de complementariedade de gênero, na realeza egípcia, pode ser entendido por meio do estudo de titulaturas femininas como *mãe do rei*, *esposa do rei*, *irmã do rei* e outras, que demonstram que mesmo as mulheres da realeza eram identificadas, em suas representações, em sua relação direta com o marido ou o filho. Portanto, em um mundo dominado por homens, os faraós, é de alguma maneira difícil compreender completamente o papel exercido pelas rainhas

---

<sup>10</sup> Além da escrita sagrada, no Egito eram utilizadas mais outras 2 formas de escrita: a *hierática* que foi desenvolvida para atender fins comerciais e a escrita *demótica* que apareceu posterior às outras duas formas citadas, essa última era utilizada pelas camadas mais populares da sociedade egípcia.

egípcias, principalmente pelo fato de que o massivo material disponível como fonte (arqueológicas, iconográficas e textuais), para reconstruir a história destas mulheres, foi produzido pela elite masculina egípcia (ASHTON, 2008, apud BALTHAZAR, 2011, p. 33)

Para os Egípcios as artes poderiam esboçar esquemas conceituais daquilo que queriam representar, mais especificamente na arte Régia do Reino Novo (1550 - 1070 a.C.), que se preocupava em retratar a figura humana assim como seres e objetos com proporção real. Eles acreditavam que as representações eram dotadas de uma força especial, pois criar a imagem era o mesmo que trazê-la à vida (BALTHAZAR, 2011, p. 39). O artigo cita Ciro Flamarion Cardoso (s/d) que descreve as características das produções artísticas daquele período:

[...] ao tentarem mostrar o máximo de traços daquilo que se ilustra, os egípcios preferiam representar o rosto das pessoas em perfil; os olhos e a boca eram considerados como melhor vistos de frente, para tanto, no rosto em perfil, eram colocados um olho inteiro e metade da boca de frente; os ombros também eram representados de frente, enquanto o tórax e os seios femininos de perfil; já o ventre e o quadril eram colocados em três quartos, para que se pudesse representar o umbigo; as pernas e os pés, por sua vez, apareciam em perfil; e, quando entendido como necessário, as mãos são desenhadas de maneira igual, ou melhor, das duas mãos direitas ou esquerdas, com o objetivo de que a posição do polegar ficasse bem clara (CARDOSO, s/d, p. 7, apud BALTHAZAR, 2011, p. 36)

Outro período em que a arte foi muito expressiva na mudança da representação do corpo feminino é conhecida por Amarna (XVIII Dinastia). Amenhotep IV (1.353–1.336 a.C.) foi o Faraó e posteriormente, quando estabelece o culto de Aton o deus único, o rei muda o seu nome e passa a se chamar Akhenaton e proporciona também toda uma mudança cultural e artística para o Egito. De acordo com Priscila Scoville (2014) o deus Aton foi em demasiado polêmico, mesmo que a sua figura não fosse novidade ou mesmo estranha para a cultura egípcia, o que mais corroborou para o impacto que a mudança causou, foi o monoteísmo instaurada de forma radical.

Com isso, notamos que, apesar de ser conhecido por mudanças radicais na cultura egípcia, o culto de Amarna foi uma releitura de princípios que já existiam no Egito Antigo, como a solarização da religião. A novidade é a forma da representação, saindo do tradicional antropozoomórfico para uma forma geométrica da qual saem braços, e na retirada dos outros deuses. O que acontece, então, é a simplificação na qual só existe a imagem do deus e do rei. (SCOVILLE, 2014, p. 32)

A mudança na representação da figura do casal real, se dá a partir do momento em que o deus é reduzido/unificado à figura de um só, é quando Akhenaton eleva a sua família ao patamar divino, transformando as características do contexto real/carnal em elementos puramente sagrados, e isso é notoriamente percebido também nas artes e descrições feitas nesse período sobre as imagens de Akhenaton e Nerfetiti, os únicos que poderiam adorar o deus Aton. (SCOVILLE, 2014)

Ao contrário do que presenciamos nos mandatos dos reis anteriores, e também nas dinastias passadas, a figura do Faraó sempre foi retratada maior e mais imponente do que os demais indivíduos inseridos nas inscrições respectivas, inclusive sua própria esposa, que era em tese um complemento do seu marido, e entendida como um lado oposto porém de igual importância para o contexto familiar, social, religioso e até mesmo político. Sobre as representações no recorte de Akhenaton/Amarna:

A arte egípcia não pretende representar o mundo de acordo com as proporções físicas, por isso utilizam uma espécie de diagrama que transmita informações visualmente. Um exemplo bastante simples está nas paisagens, normalmente representadas como uma vista aérea, enquanto plantas, animais e pessoas são representadas de perfil. Isso acontece por que a arte apropria-se das formas mais características das coisas, juntando-as para formar o todo. Outro exemplo são as cenas de casais, nas qual a mulher, que estaria posicionada atrás de seu marido, é posicionada ao lado do homem. (SCOVILLE, 2014, p. 33)



**Fig.2** - Na representação está o Faraó Akhenaton com sua esposa a rainha Nefertiti e os seus filhos. (Disponível em - <http://arqueologiaegipcia.com.br/tag/arte-amarniana/>).

No geral a arte amarniana ganha algumas alterações, os indivíduos passam a receber uma anatomia mais andrógina, o encurtamento das pernas, a cintura é mais estreita, a cabeça em alguns casos, é pequena, a barrida torna-se proeminente e direciona-se o olhar do espectador para os quadris e coxas largas (SCOVILLE, 2014: 34).

Nefertiti foi a esposa de Amenhotep IV, e foi outra grande rainha que exerceu uma influência muito superior às suas antecessoras. Nefertiti, na revolução da arte amarniana, era representada, na maioria das vezes, na mesma proporção que seu marido, as vezes era retratada até com proporções maiores; traço artístico esse (representação das proporções reais mais destacadas – maiores) que se preservou na arte amarniana.

O status elevado de Nefertiti no interior do Egito fica visível na arte, como afirmado anteriormente. As imagens da Rainha, por exemplo, eram quase tão presentes nos templos de Aton em Karnak quanto as de seu marido. Com a criação da nova arte amarniana em pouco se diferenciava as imagens de Akhenaton e Nefertiti, as representações só se distinguiam pelo formato do cabelo e pelos aparatos régios (SCOVILLE, 2014, p. 44)

A rainha, ao culto de Aton, foi agregada à tríade de deusas cultuadas, Tefnut, Maat e Nefertiti receberam culto durante o período da Amarna, trazendo assim a deusa Maat mais próximo de Akhenaton, fortalecendo o culto de Aton, o que evidencia a importância que Nefertiti possuiu politicamente e religiosamente, sendo reverenciada, portanto, enquanto uma deusa e até mesmo recebendo oferendas e cultos cerimoniais em seu nome.

No próximo capítulo, vamos abordar alguns exemplos de mulheres que transcenderam as barreiras do matriarcado aqui proposto, e que, para Diop (2015) romperam com os princípios de *Maat*, da ordem do equilíbrio e da harmonia. Muito embora sejam catalogadas enquanto mulheres inspiradoras e detentoras do poder matriarcal por movimentos feministas modernos. O que não é surpresa que o ocidente atrele poder feminino à essência matriarcal, ou mesmo matrilinear. Uma coisa é termos a predominância dos elementos femininos e mesmo da importância da mulher nos vários



pilares da sociedade; outra coisa é ter a sobreposição da mulher em relação ao homem, ou a inferiorização da figura masculina perante à feminina.

### **3. Uma análise das anomalias detectadas no Matriarcado do Egito e Núbia**

Cheikh Anta Diop (2014) afirma que o Egito é um dos países de África que o matriarcado foi mais duradouro. O país atingiu todos os ápices da civilização e também foi o responsável por iniciar os jovens povos que se localizavam no mediterrâneo, sendo assim, de acordo com o teórico senegalês, pode-se defender veemente que o Egito não necessitou passar pela transição do matriarcado ao patriarcado para alcançar o mais alto nível da civilização.

O caráter matriarcal dos egípcios é perceptível desde as representações mitológicas de Ísis e Osíris, pois ambos possuem relações com elementos agrários. Osíris por exemplo é o deus do trigo, o espírito da árvore, o deus da fertilidade (DIOP, 2014, p. 54). Já Ísis é a grande deusa mãe, semelhante ao seu irmão (Osíris) também é consagrada como a deusa do trigo, da fecundidade e é dado à ela o mérito de ter inventado e disseminado a prática do cultivo. Isis, além dessas atribuições carrega uma série de outros feitos e domínios que acumulou durante a sua jornada sagrada.

Contudo, atribui-se às mulheres a descoberta da agricultura, tendo a deusa Ísis como seu ancestral precursora desse feito Diop diz:

Na época das colheitas, os Egípcios entregavam-se a lamentações em honra ao espírito do trigo ceifado, isto é, em honra de Ísis, criadora da verdura, Senhora do pão, Senhora da cerveja, Dona da abundância, personificando o campo de trigo. (DIOP, 2014, p. 56)

Com base no sagrado constata-se que o Egito possuía o caráter das suas relações matrimoniais, monogâmicas, já que Osíris era um homem de apenas uma única mulher, sua irmã e esposa Ísis. Os indivíduos que praticavam a poligamia estavam resumidos à corte, os faraós tinham o hábito de ter esposas secundárias que poderiam ser, desde mulheres da realeza, até mesmo suas escravizadas. Porém na sociedade e em suas diferentes camadas (fora do grupo já citado) a monogamia era o modelo adotado.

O casamento consanguíneo era uma prática considerada comum, principalmente com os indivíduos da corte, que se espelhavam no seu sagrado. Diop acredita que esse sistema é um reflexo do direito matrilinear, já que no Egito, era com as mulheres que estavam todos os direitos, políticos e etc., e que eram passados para os filhos. A mulher enquanto provedora do alimento, da casa e da educação familiar, representava o elemento fixo; já o homem, mesmo na vida sedentária, mantinha um certo nomadismo (DIOP, 2014, p. 56). Sobre a matrilinearidade e os direitos de transmissão o teórico diz:

Segundo o direito matrilinear, só o descendente da irmã é o que pode reinar no país; o do irmão prevalecerá no país da sua mãe, caso o direito matrilinear se encontre ali em vigor; se for o contrário a suceder, não terá direito ao trono, e menos que usurpe em um dos dois países.

[...] O Faraó que casa com a sua irmã é, ao mesmo tempo, o tio do seu filho. Ora, no regime matrilinear, só o sobrinho é que herda do tio materno, e este último possui o direito de vida e de morte sobre ele. Em contrapartida, os seus próprios filhos não são seus herdeiros e, ele próprio, não pertence à família da sua mulher. (DIOP, 2014, p. 56-57)

Nessa última afirmação é possível compreender um pouco de como as relações com o feminino eram encaradas, principalmente se examinarmos o caso da rainha Hatshepsut, que legitimamente assumiu o trono do Egito enquanto uma mulher-faraó como veremos mais adiante. É por esse motivo que a prática de casamento entre irmãos era adotada como regra, pois acabou que protegeu o trono do Egito por durante longos anos de inconvenientes que pudessem destruir essa tradição matrilinear.

Outra prática que Diop aponta, em meio as suas perspectivas teóricas, que era de costume da realeza egípcia, o uso de um princípio que legitimava a hierarquia entre os descendente e esclarecia quem deveria se tornar faraó e rainha respectivamente. De proeminência matrilinear, quando se diz que a mulher carregava e transmitia para os filhos os direitos políticos, a ordem das esposas e seus graus de sangue real decidia os futuros governantes do país.

Tendo em conta a igualdade de nobreza, no que concerne as duas mães, é o filho da primeira esposa que é detentor dos direitos, sendo ele o primeiro a nascer. Caso a segunda mulher, estando casada tão legitimamente quanto a primeira, seja detentora de sangue menos nobre, os seus filhos terão menos direito ao trono, mesmo que sejam os

mais velhos. Por outro lado se essa for de proveniência escrava, os seus descendentes terão ainda menores direitos de herança, não ficando, porém, totalmente desprovidos e permanecendo filhos legítimos. (DIOP, 2014, p. 104)

Nos primeiros séculos da XVIII dinastia egípcia, de acordo com a Aline Fernandes de Sousa (2010), houve um aumento significativo de rainhas soberanas que atuaram legitimamente enquanto regentes do país. Isto se deu em consequência de acontecimentos que marcaram o Egito no fim do Segundo Período Intermediário, com destaque para a expulsão dos Hicsos, as mulheres acabaram que, por necessidade, ocupar espaços que outrora não faziam parte de seu regimento.

A exemplo desse aumento dos status de rainhas, Sousa aponta a concessão de títulos, entre eles o mais notável era o de “Esposa do deus” (*hemet –netjer*), embora que esse já tenha sido usado desde o Médio Império, é somente no Novo Império que é mais largamente utilizado. Porém ao contrário das dinastias anteriores, o título de “Esposa do deus” na XVIII dinastia é de exclusivo das mulheres da família real fazendo referência ao deus Amon (em específico).

De acordo com Patrícia Springboard (s/d), conforme descreve Sousa, existe um pretexto para justificar a criação desse título, que foi desenvolvido pela família tebana no poder egípcio (os responsáveis pela reunificação do Alto e do Baixo Egito), “a ‘Esposa do Deus’ estava ligada a uma antiga doutrina que considerava a esposa do chefe real como a única capaz de dar à luz a uma criança de linhagem de sangue real” (SOUSA, 2010, p. 60). O título concedia à portadora um poder que legitimava o domínio sobre propriedades de terra e outros benefícios mais.

Conforme aponta a autora, a primeira rainha a receber o título de “Esposa do Deus” na XVIII dinastia, foi Ahmes/Amosis-Nefertari que foi a esposa do Faraó Ahmés I. Esse título foi concedido também às herdeiras da rainha. Outros títulos mencionados por Sousa, são os de “Herdeira”, “Mãe do Rei”, “Esposa Principal do Rei” e o sacerdotal “Segundo Profeta de Amon”, títulos esses que esboçam um pouco do poder concedido às mulheres da realeza a dinastia. Com exceção de Hatshepsut, nenhuma outra mulher obteve somente o título de “Esposa do deus”, no geral eram acompanhadas por mais outros.

Alguns desses títulos possuem condicionantes bem específicos e serviam para legitimar a relevância das mulheres da corte e até mesmo as que dela não faziam parte como descreve Sousa:

A mãe de Thutmés foi uma mulher de sangue não real e, por não ter sido rainha, só aparecia nas inscrições com o título de “Mãe do rei”, Thutmés casou-se com Ahmés, cuja origem gera discordância por parte dos especialistas. Embora Ahmés apareça com o título de “Irmã do rei” (*senti nesu*), não há inscrições com o título de filha do rei (*Sat nesu*), o que indicaria que esta fosse irmã ou meia-irmã de Thutmés I. (SOUSA, 2010, p. 49)

À sombra de seus deuses, os membros da família real viviam o espelho que seus ancestrais divinizados deixaram em suas histórias, sendo assim, Isis considerada por muito a principal deusa do culto egípcio antigo, simboliza o reflexo que suas sucessoras deveriam seguir. Não são poucos os vestígios de rainhas que exerceram forte influência social, religiosa e política durante os seus respectivos mandatos, muitas foram as rainhas que assumiram o trono enquanto regentes, e governaram o Egito enquanto soberanas, mesmo que não fossem necessariamente Faraós. Sobre a expressividade do poder exercidos pelas mulheres, o fato de terem o controle do país enquanto regentes co-regentes ou mesmo faraós, Nascimento (2008) afirma:

São abundantes os exemplos de mulheres soberanas no Egito antigo, tanto na esfera de condução e administração do Estado como na religiosa espiritual. É importante observar que essas duas esferas representavam dimensões do poder diferenciadas, mas de peso e prestígio iguais. Havia rainhas, como Tiye, Nefertiti e Nefertari, que reinavam em regime de colaboração com os maridos faraós. Havia sacerdotisas soberanas nos centros primordiais do culto religioso, em um contexto em que o poder político e o espiritual eram igualmente fundamentais à condução dos assuntos do Estado. Uma faraó feminina, Hatshepsut, reinou sozinha durante a XVIII dinastia. (NASCIMENTO, 2008, p. 76-77)

Como já foi esclarecido nos capítulos anteriores, o sagrado é regrado por uma deusa chamada *Maat*, tal divindade é a personificação da ordem e do equilíbrio no plano carnal e espiritual, o que reflete diretamente na vida social, seja nas esferas econômicas, políticas, administrativas e mesmo familiares. *Maat* estava em tudo o que refletia ordem e equilíbrio, ela é o oposto do caos, que causava a desordem.

As esferas do masculino e do feminino precisavam estar em plena harmonia, e isso é um princípio que rege os papéis sociais e religiosos que homens e mulheres desempenhavam socialmente, um não poderia sobrepor ao outro. Muito embora temos a noção de que o homem é proeminentemente superior à mulher, devemos considerar que as representações contidas nas escrituras sagradas foram produzidas por homens da elite (os escribas) o que pode justificar a preponderância do homem. Sobre *Maat*, e sua relação com os planos carnal e espiritual (*khuninpu*)<sup>11</sup>, a autora Giselle Marques Camara (2011) diz:

A relevância desse texto para o desenvolvimento do trabalho recai sobre o fato de que os argumentos de *Khuninpu* são centrados na defesa da imutabilidade dos princípios de Justiça/Ordem/Verdade, personificados pela deusa *Maat* aparece vinculada a ideia de justiça social. O texto situa a discussão presente na dissertação acerca do âmbito de aparição de *Maat* como princípio de coesão social, uma vez que a deusa se confunde com um conjunto de preceitos éticos, que, uma vez não cumpridos, seriam cobrados pelo tribunal dos homens, ou inevitavelmente pelo tribunal da deusa (após morte), caso o humano fosse falho. (CAMARA, 2011, p. 87)

Partindo desse pressuposto, não é difícil identificar o porquê que os egípcios temiam agir e tomar decisões que fugiam dos princípios morais de *Maat*. Quando analisamos o recorte da XVIII dinastia, sabemos o porquê também que muitas dos acontecimentos foram temidos e repreendidos pelos sacerdotes da época, seja Hatshepsut se tornando um faraó e Senhora das Duas Terras, ou Akhenaton promovendo a primeira experiência monoteísta da história.

Mas, no que compete às rainhas, no Novo Império, houve uma alta atuação destas em condição de regentes no trono. Essa lógica era encorajada, pois a rainha garantia os direitos de permanência da linhagem dos seus descendentes no poder, permitindo que seus filhos pudessem futuramente governar. Assegurar a posse de um herdeiro legítimo

---

<sup>11</sup> *Khuninpu* significa “Aquele que Anúbis protegeu”. [...] A divindade Anúbis ocupava, no panteão egípcio, uma intrinsecamente relacionada aos ritos de morte e ressurreição, além de figurar, no *Livro do Vir à Luz*, como o deus que conduzia o morto ao exame de consciência na já referida terceira região do *Duat*, também denominada *Câmara de Maat* (imagem V). *Anúbis* (às vezes submetido por *Hórus*) se apresentava junto ao morto no momento que o mesmo proférise a sua “Confissão Negativa” perante o tribunal composto de deuses e presidido por *Osíris*. Durante seu discurso, uma balança, símbolo da deusa *Maat*, era colocada perante *Anúbis* e o réu era julgado por meio do seu coração, depositado em um dos pratos da balança, que tinha como contrapeso uma pena, igualmente símbolo de leveza, da ação reta, equilibrada, verdadeira e justa de *Maat*. (CAMARA, 2011, p. 89)

era de grande importância no contexto real, por isso, a escolha de ser uma mulher (mãe) e não um homem, assumindo a regência.

Outra explicação que Sousa alega, é partindo do pretexto religioso, e o papel que Ísis possui enquanto mantenedora da ordem no trono:

Religiosamente havia um precedente para a escolha da rainha como regente do herdeiro e como garantidora de seus direitos: o mito de Osíris, Ísis e Hórus. A deusa Ísis, após o assassinato do seu marido (o deus Osíris) pelo irmão (o deus Seth), que almejava o trono do Egito, conseguiu, através da magia, trazer seu consorte de volta e engravidar dele. Assim, com o nascimento do seu filho, o deus Hórus, Ísis o escondeu até que o mesmo crescesse e pudesse resgatar o trono que era seu por direito, vingando o assassinato de seu pai. (SOUSA, 2010, p. 51)

### **3.1 Hatshepsut a Mulher-Faraó**

De acordo com Sousa, Hatshepsut foi a filha do Faraó Thutmés I, esse que foi um membro do aparato militar que subiu ao trono por uma estratégia de fortalecimento do poder real, pois o faraó Amenhotep I não deixou herdeiros homens, e a princesa Ahmés era a única descendente legítima do faraó Ahmés I fundador da XVIII dinastia, que no caso seriam os avós da rainha Hatshepsut (Amhés I e Amosis-Nefertari). Hatshepsut assim como sua mãe, foi a única herdeira legítima e filha do casal principal (o Faraó e a sua primeira e principal esposa).

Contudo a rainha teve um meio-irmão, Thutmés II, oriundo de uma esposa secundária. Há registros de que Hatshepsut teve mais dois irmãos e uma irmã legítimos (Amenmés, Udjamés e Akbitneferu) mas infelizmente morreram prematuramente. Thutmés II se tornou Faraó e marido de Hatshepsut, até esse momento, conforme aponta Sousa, a rainha não apresentava nenhum status maior do que uma mulher na sua posição detinha, contendo apenas os títulos de “Esposa do deus Amon” e “Grande Esposa do Rei” (SOUSA, 2010, p. 54).

Hatshepsut era uma descendente legítima que carregava consigo as grandes linhagens reais que foram responsáveis por reunificar o país e decretar fim ao Segundo Período Intermediário. Por outro lado Thutmés II filho de Thutmés I com uma esposa

secundária, não detinha legitimidade sanguínea para reivindicar o trono, para isso ele teria que casar com Hatshepsut e só assim assumir com plenos direitos reais.

Da união do casal real, nasceram Hatshepsut e seus irmãos que uniam as duas linhagens, pois, além de possuírem o sangue real dos Ahmésidas (referente aos descendentes do rei Ahmés I), também tinham o sangue da nova linhagem Thutmésida. Além desses filhos, o faraó Thutmés I teve um menino com uma esposa secundária, que não possuía, por essa razão, o sangue real dos responsáveis pela reunificação. Com a morte dos filhos homens gerados pela rainha, este menino acabou se tornando o sucessor do monarca. Porém, para que tivesse direito ao trono era necessário casá-lo com uma herdeira legítima. Assim, o futuro sucessor de Thutmés I – Thutmés II – desposou Hatshepsut, sua meia irmã. (SOUSA, 2010, p. 56)

Em contrapartida ao pensamento de muitos pesquisadores que consagram a mãe de Thutmés II como uma concubina, Diop (2014) defende que a mesma era uma mulher e esposa de Thutmés I legítima, o único porém era que, a primeira esposa tinha uma proeminência sobre ela. O teórico considera o termo “concubina” pejorativo, pois não podemos comparar um membro da realeza, e mesmo a posição que ocupa enquanto segunda esposa do faraó, com uma mulher adquirida por razia ou outro meio, e atirada para um harém para dar bastardos a um rei (DIOP, 2014, p. 103). Se o caso fosse esse, um bastardo jamais ascenderia a faraó e se casaria com a herdeira da esposa principal.

Esse início da XVIII dinastia possui o formato de legitimação carregado pelas princesas reais, que casam com seus meios-irmãos sem sangue real. A princesa Amosis era a única descendente legítima do casal real, e casou-se com um militar que não sangue real, o mesmo se deu com Hatshepsut, que casou-se com seu meio irmão, que era descendente de um faraó ilegítimo, com uma esposa secundária. A sua filha Neferura também sofreu o mesmo destino, a mesma carregou a legitimidade do trono, pois era a única filha da rainha Hatshepsut.

Desse casamento nasceu a princesa Neferura e da união de Thutmés II com uma esposa secundária nasceu o seu futuro sucessor – Thutmés III – que parece ter também casado com sua meia irmã para ter direito ao trono. (SOUSA, 2010, p. 56)

Após a morte prematura de Thutmés II, Hatshepsut assume o trono enquanto uma rainha regente diante da incapacidade do seu sobrinho/enteado Thutmés III de ascender à faraó. Diferente das demais rainhas anteriores, Hatshepsut teve atuação mais expressiva

durante o seu mandato regencial. De acordo com Sousa (2010), a mesma mandou construir alguns monumentos, e dentre eles estavam o que são considerados entre os seus maiores feitos, os obeliscos de Deir el-Bahri, em devoção ao seu pai o deus Amon.

Por mais que estivesse no reinado de seu enteado Thutmés III, os pesquisadores apontam que Hatshepsut sempre se viu como o legítimo rei desde a morte do seu marido. O que dá a entender que a rainha aos poucos fortaleceu o seu reinado em cima da impossibilidade do sucessor em ascender à Faraó. De acordo com a autora, foi no 7ª ano de sua atuação como regente, que Hatshepsut se tornou oficialmente uma mulher-faraó. Este fato é observável por uma série de representações da rainha usando os trajes sagrados dos monarcas e sendo retratada enquanto uma figura masculina.

Ainda que atualmente interpretamos esse momento enquanto uma tomada de poder desesperadora, e que coloca a protagonista desse recorte como uma mulher que aspirava ser um rei-faraó, não podemos resumir este cargo sacerdotal como único e exclusivamente dedicado aos homens. Ainda vamos abordar as consequências das decisões de Hatshepsut, e em nenhuma delas, o fato de ser mulher é um atributo deslegitimador de seu cargo e importância sagrada.

Sousa defende que antes de Hatshepsut ascender como uma mulher-faraó, e ser retratada erroneamente como a primeira e única experiência desse feito, existiram algumas rainhas que compartilharam de pretextos semelhantes e anteriores. A primeira citada foi a rainha Sebekneferu, porém diferente do que se passou com Hatshepsut, teve uma certo reconhecimento pelo seu governo. Sebekneferu era meia irmã do faraó Amenemhat IV (filha de Amenemhat III) e ascendeu como mulher-faraó após a morte de seu marido na XII dinastia.

Outra rainha citada pela autora é Tausret, que reinou no final da XIX dinastia (1198-1196), a mesma substituiu o seu marido o faraó Seti II. Assim como Hatshepsut, Tausret precisou assumir a regência devido a impossibilidade do legítimo herdeiro em ascender à posição de faraó, e de acordo com a autora, a rainha assumiu os plenos poderes de rei, passando de rainha regente para a co-regente do Egito. “Com a morte prematura de Siptah e com a ausência de um sucessor para retirar sua autoridade, a rainha continuou o seu papel de co-regente, reforçando sua posição ao utilizar, assim como Sebekneferu e



Hatshepsut, todos os títulos destinados a um monarca varão.” (SOUSA, 2010, p. 53). Com a duração de apenas dois anos, com o término reinado de Tausret, decretou conseqüentemente o fim da XIX dinastia, sendo substituída pelo faraó fundador da XX dinastia, Setnakht.

Tausret e Sebekneferu foram rainhas que alcançaram o ápice do poder na sociedade egípcia, porém quando as comparamos com Hatshepsut, embora que sejam casos semelhantes, o reinado da última rainha durou 22 anos, se posto ao lado das 2 primeiras citadas que foram apenas mandatos mais breves. Sousa destaca algumas linhas teóricas que são debatidas sobre a imagem e representação da rainha Hatshepsut quanto à sua ascensão à mulher-faraó:

Podemos destacar três linhas teóricas que tentam explicar a ascensão de Hatshepsut ao poder. A primeira, que atualmente não parece ter muitos seguidores, classifica a rainha como usurpadora do trono, por ser a única herdeira com o sangue real dos reunificadores. Entre os autores que defendem tal posição está Barbara Lesko. A segunda vê Hatshepsut como co-regente, por se basear na biografia de um alto funcionário que designa Thutmés III como rei no palácio e Hatshepsut como responsável pelos negócios do país. Já a terceira linha teórica a designa como faraó e tal reinado poderia ter tido um caráter dual, ou seja, com dois reis coroados, tendo o faraó Hatshepsut como a figura proeminente, tendo Thutmés III um papel secundário em relação à ela. (SOUSA, 2010, p. 58)

São extensos os debates sobre as reais condições da rainha no seu recorte temporal, ainda que seja uma teoria frágil perto das outras duas citadas, a primeira, a que alega o caráter usurpador da rainha ainda domina o imaginário de uma grande quantidade de estudiosos sobre o seu reinado. A autora Gay Robins (1996) acredita que, pelo fato da mesma ser a única legítima e portadora do sangue real, o trono era seu por direito, ainda que sua atitude despertasse o caos e fosse contra os princípios de *Maat*.

De acordo com Diop (2014), Hatshepsut orquestrou uma espécie de manobra política e religiosa, para assegurar a sua legitimidade enquanto faraó, a mesma se apoiou no sacerdócio de Amon, e reconstruiu a sua história de nascimento real, onde a mesma substituiu o seu próprio pai e associou a gravidez da sua mãe advinda diretamente do deus Amon, deixando claro que os direitos políticos, seja em maior ou menor nobreza, são transmitidos pela mãe e conseqüentemente legitima os direitos de sucessão ao trono (DIOP, 2014, p. 104). Ao tomar essa decisão, ao substituir o seu pai, Hatshepsut rompe

com o equilíbrio da dualidade masculina e feminina, e passa 22 longos anos governando sozinha.

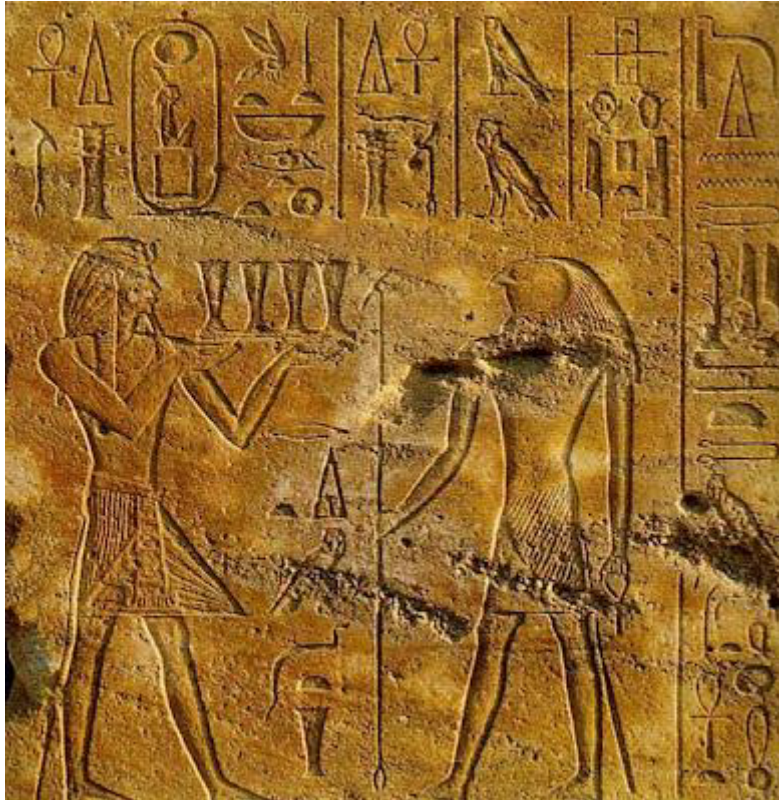
Para reforçar o seu papel como governante. Hatshepsut desenvolveu textos em que aparece sendo escolhida por seu pai para sucedê-lo e, por isso, apresentado aos deuses como tal. O desenvolvimento do mito do nascimento divino, na qual teria sido gerada através da união do deus Amon com sua mãe Ahmés, também foi utilizado para consolidar sua legitimação. Este aspecto vai ao encontro da ideia de que a função e o poder da “Esposa do deus” seriam responsáveis por perpetuar o mito cósmico. Uma das representações mais interessantes contidas nesse templo mostra o deus Khnum, oleiro dos deuses, modelando a criança (Hatshepsut) para ter o corpo e ka masculino, como deve ser tradicionalmente o faraó. Como bem nos explica Christiane D. Noblecourt: “a criança é um menino; não nos enganemos com isso: todo morto torna-se um Osíris e todo candidato ao trono assume a forma do pequeno Hórus, no além.” (SOUSA, 2010, p. 65)

É válido ressaltar que, faz parte de um regime de determinado faraó ressaltar e reviver seus antepassados, seja reconstruindo seus monumentos, exaltando os seus feitos, trazendo a memória dos governos anteriores como o sustentáculo de *maat* (SOUSA, 2010, p. 63). Além das manobras destacadas pelo autor, Sousa (2010), elenca outras decisões tomadas pela rainha que fizeram despertar o caos, rompendo assim com os princípios da deusa *Maat*. Hatshepsut acabou por demolir os santuários de Amenhotep I e Ahmes-Nefertari, afim de construir caminho para o seu próprio templo mortuário conhecido por *Djeser-djeseru*<sup>12</sup>.

### **3.1.1 As representações de Hatshepsut**

---

<sup>12</sup> O templo mortuário da mulher-faraó – Djeser-djeseru – ficava na margem oeste do Nilo, perto do arruinado templo mortuário da XI dinastia do Montuhotep II e quase diretamente oposto ao complexo templário de Karnak. O templo de Hatshepsut foi fortemente influenciado pelo de Montuhotep, o primeiro templo do Egito a utilizar terraços que construía diferentes níveis, com a parte mais sagrada do templo cortada diretamente dentro da montanha tebana. (SOUSA, 2010)



**Fig.1** – O baixo-relevo acima data do período de 1473 – 1458. De acordo com Souza, nessa imagem Hatshepsute é representada “trajando um saio curto com ponta triangular e portando a coroa nemes com uraeus, juntamente com a barba real” (SOUSA, 2010, p. 86), completamente masculinizada. Na arte a rainha está ofertando unguentos ao deus Hórus. (Disponível em : <http://historianovest.blogspot.com/2010/11/ambiguidade-da-mulher-farao-generos.html>)



**Fig.2** – Essa escultura da rainha foi feita entre os anos de 1473 e 1458 a.C., e foi encontrada no templo de Deir el-Bahari em seu templo mortuário. Em descrição da representação do faraó, Sousa diz: “[...] o faraó aparece usando a coroa branca do Alto Egito (*hedjet*) e saíote *shendyt*. [...] Ela está ajoelhada segurando dois vasos *nw*, em uma posição que reforça o significado ‘ofertar’.” (SOUSA, 2010, p. 113). Essa é também mais uma representação em que Hatshepsut é retratada masculinizada. (Imagem disponível em: <http://historianovest.blogspot.com/2010/11/ambiguidade-da-mulher-farao-generos.html>)



**Fig.3** – A escultura em pedra calcária acima remonta de 1473 à 1458 a.C., e foi catalogado em Deir el-Bahri. Sobre a estátua de Hatshepsut Sousa afirma: “[...] a presença dos seios discretos que parecem querer transparecer o gênero feminino do faraó. O rosto tem um formato que os especialistas chamam de “formato de coração”, com a testa mais ampla terminando em um queixo bem estreito. [...] O faraó usa um amplo colar, braceletes e o toucado *nemes* é usado como emanção da pessoa do faraó, justamente com o *uraeus* que serve como proteção.” (Fonte – SOUSA, Aline Fernandes de. *A Mulher-Faraó: representações da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação* (Egito Antigo – século XV a.C.), UFF, 2010, p. 105.)

Uma curiosidade sobre essa escultura, que, segundo Sousa, ela possui inscrições, uma delas representa diretamente três faces importantes da personalidade e imagem que Hatshepsut detinha. O título cravado é “*Deusa perfeita, Senhora das Duas Terras, Maatkare, amada de Amon-Ra, Senhor do Trono das Duas Terras, que ele viva eternamente!*” (SOUSA, 2010, p. 105), e estas resvalam respectivamente: a sua supremacia enquanto rei do Egito (*Maatkare, Senhor do Trono das Duas Terras*); a sua relevância divina, pois alega ser uma filha direta de Amon-Rá; e legitimidade de sua figura enquanto mulher e rainha (*Senhora das Duas Terras*).



**Fig. 4** – A escultura acima é datada do período de 1473 à 1458 a.C., e foi encontrada no Templo Mortuário de Hatshepsut em Deir el-Bahri. “Nesta peça temos a representação de Hatshepsut com a barba real pintada de azul e o pedaço do turbante indica que usava a coroa dupla (*pshenti*). A representação possui olhos grandes, nariz fino e boca que esboça um leve sorriso. O tom vermelho escuro da pele, característica masculina, justifica-se pela representação de Hatshepsut como faraó na forma de Osíris [...]” (Fonte – SOUSA, Aline Fernandes de. A Mulher-Faraó: representações da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação (Egito Antigo – século XV a.C.), UFF, 2010, p.117.)

### **3.2 Cleópatra VII, a última rainha do Egito**

Outra Anomalia detectada por Cheikh Anta Diop no Egito está presente na sua última dinastia, marcada pela presença dos macedônios no poder. Em especial uma atenção voltada para a rainha Cleópatra VII que foi a última soberana do Egito independente. Depois da sua morte, além de decretar oficialmente o fim do período Helenístico, o país se tornou uma província ligada ao império romano. O que sabemos desse recorte temporal, é diferente de tudo o que já foi explanado sobre as rainhas e seu respeito à estrutura hierárquica matrilinear. Aqui nessa dinastia estamos nos referindo à um Egito dominado por uma lógica patriarcal.

A dinastia Ptolomaica durou 275 anos e contou com um total de 20 soberanos. Estes, de origem grega, quando no Egito chegaram, logo se adaptaram aos costumes e crenças, perpetuando as práticas assimiladas na forma que acharam mais apropriado. Esse contexto do país é marcado por uma série de acontecimentos conspiratórios, onde prevalecia a lei do mais forte, ou, do mais esperto. Devido à essa cultura sanguinária trazida pelos europeus, vários assassinatos são registrados nesse período. Sobre essa dinastia Diop esclarece:

*Ptolemeu IV* subiu ao trono com a idade de cinco anos, sob a tutela da sua mãe, Cleópatra. Com a sua morte, o seu irmão *Ptolemeu Evérgeta* apoderou-se do trono do Egito, casou com a sua cunhada, e assassinou o seu sobrinho. *Ptolemeu VII Sóter* veio a suceder-lhe: este casou sucessivamente com as suas duas irmãs e teve de se exilar abandonando o trono em consequência das intrigas de sua mãe, Cleópatra. Foi substituído pelo seu irmão mais novo, *Ptolemeu IX*, que era o filho favorito de Cleópatra. No entanto, esta não tardou em procurar livrar-se dele, mas o filho foi mais rápido e mandou assassinar a sua mãe. (DIOP, 2014, p. 106)

De acordo com Diop, Cleópatra VII subiu ao trono logo à morte de seu pai, e posteriormente foi obrigada a casa-se com seus dois irmãos Ptolomeu XIII e Ptolomeu XIV. Ptolomeu XIII foi assassinado, e, de acordo com Stacy Schiff (2011), Ptolomeu XIV ascende ao trono aos 14 anos, porém tanto o jovem rei quanto Cleópatra estavam em conflito, e não tardaram para declarar guerra um contra o outro.

O Egito naquela conjuntura estava sobre a tutela de Roma, então, as relações conflituosas na corte egípcia eram amenizadas a partir da intervenção dos generais romanos. É nesse contexto em que o grande general romano Júlio Cesar se insere, e tenta estabelecer a paz entre ambos os irmãos. Visto como uma válvula de escape para ascender ao trono Diop afirma que Cleópatra seduziu César, com quem teve um romance e também um filho. Em seguida, Marco Antônio, outro general romano que teria caído na tentação de sua sedução, e por fim, Octavio, mas o mesmo veio a resistir e decretar o fim do reinado da rainha que havia conspirado contra o império. Sobre o poder de Cleópatra e contrapondo à visão pessimista da rainha por parte do teórico senegalês Schiff diz:

A estranha e terrível história ptolomaica não deve obscurecer duas coisas. Se as Berenices e Arsínoes eram tão perversas como seus maridos e irmãos, elas o eram em grande parte por serem imensamente poderosas (Tradicionalmente, elas também ficavam em segundo lugar em relação a seus maridos e irmãos, uma tradição que Cleópatra

desrespeitou.) Mesmo sem uma mãe reinante, Cleópatra podia contemplar grande número de ancestrais mulheres que construíram templos, juntaram esquadras, lançaram campanhas militares e, ao lado de seus consortes, governaram o Egito. Pode se afirmar que ela teve modelos de papel feminino mais poderosos que qualquer outra rainha na história. (SCHIFF, 2011, p. 34)

Partindo desse pressuposto, temos essa dualidade sobre a imagem de Cleópatra VII, tida como uma mulher que se submeteu à sedução para conseguir privilégios políticos e conseqüentemente construir o seu mandato. E por outro lado conforme defende Schiff, uma mulher sábia e poderosa que soube articular bem os seus passos para conseguir chegar tão longe e trazer um período de estabilidade para o Egito. Se refletirmos sobre o imagem que a rainha projetava durante o recorte do século I a.C., é compreensível as suas escolhas tomadas por Cleópatra, e maestria que às executou, pois o Egito faraônico se configurava em um mundo já dominado pelo patriarcado e estava dando ali os seus últimos suspiros.

O certo é que independente da imponência e importância representada pela rainha, a experiência com relação ao poder que a mesma teve durante seu mandato no Egito não pode ser confundida como uma experiência matriarcal. Já que este projeto está tomando como norte a perspectiva conceitual do teórico Cheikh Anta Diop (2014), não podemos esquecer que a base para a sua fundamentação é a harmonia entre o homem e a mulher, que antes estava presente nas narrativas sagradas de Ísis e Osíris, e era tomado como regra universal (com algumas poucas exceções).

Conforme Schiff (2011) defende, os mandatos se sucederam com sucessivos assassinatos entre os membros da família real, o que rompe com os princípios que outrora na anterioridade egípcia eram estabelecidos pela deusa *Maat*. A matrilinearidade em momento algum durante a dinastia Ptolomaica foi respeitada, seja pela ordem das esposas do faraó, ou mesmo pela nobreza do sangue e as transmissões dos direitos políticos, pelas mulheres, legitimados. A noção do sagrado e respeito ao mundo cósmico foi esquecido, valores esses que eram primordiais para o estabelecimento da ordem e o afastamento do caos. A respeito das experiências vividas pelas mulheres da corte nessa dinastia Diop enfatiza:

Apesar deste matriarcado adoptivo imposto aos soberanos estrangeiros gregos pela tradição do reinado egípcio, a violência e as intrigas



continuaram a reger o verdadeiro destino dos príncipes e das princesas. A história egípcia da época ptolomaica apresenta mais do que um traço de parentesco com a de Bizâncio. As rainhas do período helênico são todas provenientes do mesmo filão; fazem tanto mais figura de cortesãs e de conspiradoras quanto as rainhas autênticas acreditadas pela tradição. São as Arianas que se adaptam aos costumes meridionais e o seu caso não pode ser confundido com o das rainhas provenientes de uma verdadeira tradição matriarcal. (DIOP, 2014, p. 106)

Quando voltamos para esse período do Egito, embora que fique em África, o contexto Helenístico era tão forte, que o país era mais grego do que puramente egípcio. Podemos tirar essa afirmativa a partir da prerrogativa de que na dinastia Ptolomaica as línguas principais eram a grega, a romana e o copyta. Os hieróglifos, a escrita sagrada egípcia já era considerada um código desaparecido.

Ainda que saibamos a real importância da sociedade egípcia para a formação das civilizações posteriores, entender esse processo advindo do continente africano ainda é trabalhado enquanto um conceito distante e é uma questão que já foi debatida no projeto. O imaginário sobre a dinastia ptolomaica se perpetuou como o modelo de sociedade egípcia, afirmando assim Cleópatra como um rosto e histórico de uma real e legítima rainha egípcia. Porém, a mesma se identificava com sua natureza africana? Ou entendia que sua descendência europeia era uma fator que a declarava como uma estrangeira?

De acordo com Gregory da S.Balthazar (2013) essa característica e dualidade não só de Cleópatra mas da dinastia em si, contribuiu para o deslocamento do Egito do continente africano. A alimentação de vários estereótipos sobre o país e seu exotismo, surgiu também nesse período, e conseqüentemente tem-se novamente a figura da rainha associada à esses fetiches. Sobre o afastamento do Egito de sua raiz africana Balthazar pontua

Essa ambivalência identitária de Cleópatra auxiliou a manter o Egito em isolamento do resto da África, protegido por suas fronteiras naturais: o mar Mediterrâneo ao norte, as cataratas do Nilo ao sul e os desertos a leste e oeste. Destacamos, assim, a importância de se desenvolverem estudos com vistas a pontuarem com maior vigor a relevância do Egito em sua condição de sociedade africana, com uma história umbilical e milenar.

Logo, a terra dos faraós passou a ser deslocada de seu lugar enquanto uma sociedade que se desenvolveu em um território ao nordeste do atual continente africano. (BALTHAZAR, 2013, p. 31)

Tomando como base essa reflexão, o autor afirma que existe uma cisão dos fatos sobre a imagem da rainha, e como ela é concebida pelos seus estudiosos. Por um lado os eurocentristas acreditam que a rainha é uma mulher ariana, descendente de gregos e que se estabeleceu no Egito por uma lógica de dominação; por outro lado os afrocentristas alegam que Cleópatra VII foi uma mulher negra e que sua representatividade para o país mesmo que no final de seu período dinástico, revela uma nostalgia dos grandes soberanos e da força histórica que os monarca tiveram durante os longos milênios de trajetória.

Entretanto, em contrapartida à essa afirmação, Diop é um exímio africanista, e mesmo como o criador do afrocentrismo, creditava as origens da rainha Cleópatra pertencente às suas raízes arianas conforme já foi explicado pelas próprias palavras do autor nesse projeto. Então não só para os estudiosos da cultura clássica, mas também para Diop, a rainha era uma mulher de ascendência europeia, que veio de uma lógica patriarcal, e que reivindicou o trono no Egito.

Porém é muito difícil não associar a figura da rainha com a cultura helenística, principalmente quando analisamos o contexto da dinastia, a capital do país no período, a grande Alexandria, e como ela se projetava para o mediterrâneo. Tomando o grego, copta e o latim como suas línguas oficiais, muito pouco do egípcio, suas escritas (hieróglifos, herático e demóticos) não eram mais usadas ou mesmo conhecidas pelos cidadãos; e como já foi analisado, os costumes que caracterizavam um sistema matriarcal/matrilinear, nessa conjuntura já não existiam mais.

### **3.3 As Candaces (*Kandake*)**

A civilização de Kush se desenvolveu nos limites da antiga Núbia hoje encontra-se no atual Sudão, mas para melhor enfatizar a noção de espaço que esta ocupava, de acordo com os autores Shehata Adam e J. Vercoutter (2010), a Núbia se integra como parte da Bacia do Nilo, que se estende da fronteira oeste – noroeste da atual Etiópia até o Egito, incluso também o Vale do Nilo, partes do Nilo Branco e Nilo Azul.

A civilização cuxita é contemporânea a civilização egípcia, essas que desde o sec. XXII (-2200) a.C. já dialogavam. Diálogo esse formado por conflitos territoriais, trocas comerciais e culturais. Os egípcios na busca por matérias primas, aderiram uma nova

divindade africana a Deusa Dedun, provedora do incenso. Durante a dinastia de Kerma, na qual foi a primeira capital/centro administrativo e religioso do reino de Kush, pouco se tem indícios de uma presença feminina marcante. Posteriormente em virtude dos interesses egípcios na região, a egipcianização dos núbios cuxitas se deu por volta do sec. XVI antes da era cristã com uma ocupação do reino. Sobre a Egpcianização dos núbios:

Toda a Núbia foi reorganizada segundo padrões puramente egípcios e montou-se um sistema administrativo totalmente egípcio, que requeria a presença de um número considerável de escribas, sacerdotes, soldados e artesãos. Tal processo acabou resultando na completa egipcianização do país. (SHERIF, 2010, p. 269).

Essa afirmação é de crucial importância para se ter noção da transição cultural que os cuxitas sofreram na sua complexa estrutura social, uma vez que houve por parte de Kush a adoção dos deuses egípcios, a mudança nos ritos fúnebres<sup>13</sup> (característica essa que foi crucial para detectar com mais clareza o processo de transição cultural), pois através dessa alienação aos padrões egípcios que iremos entender a introdução dos núbios na XXV dinastia, a vulgarmente denominada "Dinastia dos Faraós Negros"<sup>14</sup> no final do sec. VIII a. C..

Consagrada uma dinastia gloriosa, a unificação dos dois reinos trouxe estabilidade para o Egito, paralelo a ocupação dos núbios em um período de crise egípcia, os assírios (Império Neoassírio) expandiam os seus domínios pelas fronteiras do nordeste do Egito, dando início a uma guerra que culminou na derrota dos cuxitas, estes regressando a sua capital Napata. Mas antes de seguir com a linha cronológica, é importante ressaltar que foi durante a XXV dinastia que o Egito sofreu uma retomada das suas tradições/costumes mais antigos, eis o motivo de alguns historiadores caracterizarem os núbios enquanto "mais egípcios do que os próprios egípcios".

Shabaka, irmão de Peise, que subiu ao trono por volta de -713, submeteu ao Império de Kush todo o Vale do Nilo até o Delta. Os compiladores das listas de reis do Egito, consideram-no o fundador da XXV dinastia. A política global do Oriente Próximo arrastou os cuxitas em direção à

---

<sup>13</sup> Os ritos fúnebres esboçam a marca mais expressiva da transição cuxita, pois os seus reis passaram a ser sepultados em pirâmides, ter elementos do rito exatamente iguais aos dos egípcios, com a presença de sarcófagos e mumificação/embalsamento de seus corpos.

<sup>14</sup> A crítica estabelecida pelo uso errôneo da nomenclatura "Dinastia dos Faraós Negros", se dá por uma análise cronológica das invasões no território egípcio, e a tentativa frustrante dos autores elencarem justificativas para a nomenclatura, só reforça o estereótipo de um Egito embranquecido, ou menos negro do que o restante do continente Africano.

Ásia, onde a pressão assíria começava a se fazer sentir. A princípio, contudo, Shabaka parece ter mantido boas relações com a Assíria. No Sudão e no Egito, ele deu início a uma política de construção de monumentos expandida por seus sucessores, os dois filhos de Peye – primeiro Shabataka (-700 a -690) e depois o glorioso Taharqa (-690 a -664). (SILVÉRIO, 2013, p. 200)

Na Núbia antiga, antes que a ascensão das Candaces (rainhas soberanas) se efetivasse, já se lograva a presença da participação feminina contido num rito de passagem, papel desempenhado pela “rainha-mãe”, conforme defende Cristiano Bispo (2009), a rainha-mãe, “designada pelo título Senhora de Kush” (HAKEM, VERCOUTTER, 2010, p. 204) durante o processo de coroação do filho e da nora, antes estabelecia um rito de adoção, ou seja, a condição para o casamento era condicionado pela aprovação da rainha, da futura esposa do seu filho, o rei. Essa manobra foi em muito eficiente para evitar que membros indesejados se infiltrassem no poder, ou que pudessem colocar em cheque o Império, em outras palavras, o rito da adoção tenha sido uma das principais causas da durabilidade do Império.

Outra importante função da rainha-mãe ocorria no ritual de coroação do filho e da nora. Havia, durante a cerimônia de coroação, um momento no qual a Candace adotava a esposa do filho. Esse ritual legitimava a autoridade da nora que no futuro assumiria a função de Candace, exercendo funções religiosas e políticas de grande relevância, sendo uma respeitável conselheira do rei. (BISPO, 2009, p. 11)

O poder de decisão sobre as escolhas dos seus filhos evidencia claros sinais de uma estrutura matrilinear, conforme, claro, as convicções da Amadiume, é um exercício também de autoridade, pois, embora a sua figura não estivesse diretamente ligada a imagem da regente suprema como era nato a seus filhos homens, a expressão de seu poder enquanto matriarca está ali representado, ou seja, é uma prática também matriarcal.

Tendo em vista que da Rainha-mãe provém um ato de diplomacia sobre o seu filho na posição de rei. Mesmo que seja um procedimento da realeza, é difícil medir o quanto essa postura feminina estava presente na sociedade em um contexto geral, porém através da análise desse ritual isolado, se pressupõem vestígios de uma estrutura matrilinear e matriarcal.

Foi durante a XXV dinastia egípcia, na qual se logrou a unificação entre os dois reinos (Kush e Egito), com o intuito de fortalecimento da região e estratégia de defesa

contra possíveis invasores. Nas tradições egípcias a figura do Faraó é confundida com a do próprio Deus em terra, em contrapartida, com base nas perspectivas de Bispo (2009), os cuxitas se viam enquanto filhos dessas divindades, ou seja, descendentes diretos delas, tendo em vista essa pequena diferenciação das concepções atrelados ao poder político/econômico e religioso. Sobre a sucessão dos reis no império Núbio Sonia Cunha e José Gonçalves (s/d) defendem que:

Os núbios tinham um jeito próprio para proceder a sucessão de seus reis. Diferente da regra egípcia, onde o poder passava de pai para filho, na Núbia, quando um rei morria, seu poder era entregue a seu segundo irmão, que governava de forma vitalícia. Na sequência o reino era administrado por todos os irmãos sobreviventes. Terminando esta sucessão, o poder real era entregue ao filho mais velho de quem primeiro reinou, só depois, era retornado a linhagem de irmão para irmão (CUNHA, GONÇALVES, s/d, p. 4-5)

Na XXV dinastia egípcia há vestígios de que, as princesas, filhas dos Faraós (Núbios), eram encarregadas do culto ao Deus Âmon, este sendo o principal Deus daquela dinastia. Enquanto sacerdotisas principais da divindade estas passaram a gozar de privilégios sociais singulares, posição que lhes davam certa influência. O sacerdócio era uma hierarquia em muito temida devido ao seu grau de poder, já que ambas as civilizações detinham uma valoração imensurável com o sagrado, a prática deste confiado ao cargo de mulheres, mesmo que integrantes da linhagem real, é um dado um tanto importante para vestigiar os papéis femininos naquele período.

De acordo com Hakem e Vercoutter (2010), que foi a partir dessa expressividade feminina pré-existente em Kush, rainhas-mães que detinham poderes subordinadas apenas às vontades e força do rei, que se deu a ascensão das rainhas soberanas que se sucederam e se auto intitularam Candaces (*kandake*). Sobre as ascensão dessas mulheres os autores defendem:

Posteriormente, as rainhas – mães ou esposas – passaram a assumir o poder político e proclamaram-se soberanas, chegando a adotar o título real de “Filho de Rá, Senhor das Duas Terras” (*sa Ra, neb Tawy*) ou “Filho de Rá e Rei” (*sa Ra, nswbit*), Muitas delas tornaram-se famosas, e no período greco-romano Méroe, era conhecida por ter sido governada por linhagem de *Candaces, kandake*, ou rainhas-mães reinantes. Esse título deriva da palavra meroíta *Ktke ou Kdke* e significa rainha-mãe. O outro título, *qere* (“chefe”), não foi utilizado até o surgimento da escrita meroíta. Na realidade, conhecemos apenas quatro rainhas que o utilizaram: Amanirenas, Amanishaketo, Nawidemak e

Maleqereabar, todas, por definição, candaces. (HAKEM, VERCOUTTER, 2010, p. 304)

Por mais que o título tenha sido usado apenas por 4 soberanas sabemos que outras mulheres ascenderam à soberanas. De acordo com Joshua J. Mark (2018) elas na verdade compreenderam um grupo de 8 mulheres que, embora muitas não tenham se sucedido respectivamente no poder do império, elas estabeleceram uma forte semelhança entre os seus reinados, fazendo desse recorte característico do matriarcado exercido pelas mesmas. As rainhas foram: “Shanakdakhete (rc 170 aC) Amanirenas (rc 40-10 aC) Amanishakheto (rc 10 aC - 1 dC) Amanitore (rc 1-c. 25 CE) Amantitere (rc 25-c. 41 CE) Amanikhatahan (r. 62-c. 85 CE) Maleqorobar (rc 266-c. 283 CE) Lahideamani (rc 306-c. 314 CE)” (MARK, 2018).

As Candaces nas narrativas dos historiadores da antiguidade: Estrabão e Plínio, o Velho, conforme Bispo defende, relatam o contato que, através das tropas romanas em suas expedições de conquista e expansão do império, tiveram com as rainhas enquanto soberanas. Estas, com base nos mesmos, atuaram na linha de frente dos conflitos por território comandando os seus exércitos. Essa abordagem sobre as Candaces emana uma energia masculinizada assim como um olhar machista sobre sua aparência.

A narrativa dos conflitos por território e a presença atuante da rainha no comando de suas tropas pode fugir um pouco do que Diop (2014) propõe para o conceito de matriarcado (amor, diplomacia, harmonia, equilíbrio e etc.). Porém, de acordo com os adjetivos apresentados pelos autores as rainhas portavam: o uso do artifício da guerra, a violência, competitividade, e uma vontade voraz pela vitória sobre os seus invasores. Porém, quando voltamos para o uso desses pesquisadores devemos ter cautela em tomar suas narrativas enquanto argumentos plausíveis, muito em virtude no período em que produziram as suas perspectivas teóricas sobre os outros povos. Sobre a perspectiva equivocada de Estrabão, Jessica Ladeira Santana (2019) afirma:

Ao chegar na Etiópia, a descrição decai e pesa para com os etíopes. Estrabão chama eles de “trogloditas”, diversas vezes no capítulo reservado aos moradores de Méroe, e tal como expõe no capítulo dos egípcios. Além desse adjetivo pejorativo, o geógrafo refere aos etíopes como indivíduos “nômades” e “sem recursos”, ignorando as subjetividades dessa sociedade. (SANTANA, 2019, p. 6)

### **3.3.1 Rainha Shanakdakhete**



**Fig.5** - A imagem acima evidencia a rainha Shanakdakhete, que data do período meroítico, Segunda metade do século 2 a.C. (-170 a -160), a primeira mulher a exercer o poder de soberana no Império de Kush durante a dinastia meroíta. (Imagem disponível em: <http://www.unesco.org/culture/museum-for-dialogue/item/en/84/statue-of-queen-and-prince-of-meroe>)

A soberana reinou na segunda metade do século II antes da era Cristã, na escultura está acompanhada por um príncipe que ergue o braço e coloca a mão atrás da sua coroa. O gesto em questão é interpretado como a transmissão do poder real: o príncipe é designado enquanto herdeiro do trono. A escultura ilustra os diferentes componentes culturais da civilização cuxita que se desenvolveu em Méroé que vai do sec. VI a. C. até o sec. IV d. C. período esse que foi marcado pela presença não só dos egípcios, mas também dos gregos e romanos.

Esta escultura contém uma influência das confecções artísticas egípcias muito forte. Eles são visíveis na presença do pilar dorsal em forma de estela, a pose frontal ereta do casal com o pé esquerdo à frente, destaque para a postura da Rainha que provavelmente segurava na mão direita o cetro floral semelhante aos dos faraós egípcios. Seu traje

também inclui elementos emprestados da arte faraônica, como o Uraeus: o emblema da realeza que adorna sua testa e a coroa consistindo de um disco solar encimado por penas altas.

O tamanho da Rainha, equivalente ao do príncipe, ilustra o lugar importante concebido às mães e esposas do Reino de Kush e depois no Império Meoë. Não pode ser encontrado nem na Antiguidade clássica nem nos tempos modernos. É uma herança. As rainhas de Meroë desempenharam papel decisivo na transmissão do poder real; elas eram representadas como iguais ao rei, às vezes até massacrando inimigos. (MUSEUMS FOR INTERCULTURAL DIALOGUE, s/n, s/d)

As cabeças de carneiro decorando o colar e os brincos são elementos presentes que denotam a importância religiosa pois fazem referência ao animal sagrado do deus Amon, cujo culto ainda foi mantido e difundido após egípcianização dos cuxitas e durante o período em que ele era o principal Deus cultuado. No que concerne as influências culturais diversas, o uso da túnica, esta vestia uma parte envolvida no ombro esquerdo, podendo assim ter indícios de inspirações das produções artísticas gregas já que nesse período o Egito já se encontrava sobre o domínio da dinastia dos soberanos macedônicos.

### **3.3.2 Rainha Amanishaketo**





**Fig.6** – Estela de Amanishaketo no templo de Amon em Wadi Ben Naga, na representação a rainha estaria sendo abençoada pelo deus Apedemak. (Imagem disponível em: <https://edukavita.blogspot.com/2016/06/centurion-origens-e-historia.html>).

Diferente da soberana anterior, Amanishaketo teve seu título de *Kandake*, a rainha governou o império de Kush durante os anos de 41 à 12 a.C.(?). Período esse marcado pela transição do domínio grego das terras do norte da África, para o domínio romano, podendo assim ter sido Amanishaketo a impiedosa rainha que enfrentou e submeteu os exércitos romanos à mando do imperador Augusto. A mesma soberana teria alimentado o imaginário de muitos homens (pesquisadores e exploradores) sobre a sua excepcionalidade militar e diplomática.

Quando os romanos quebraram um tratado de paz garantindo que não tentariam invadir a Núbia, teria sido Amanishaketo quem liderou as defesas da nação e repeliu o exército romano. De acordo com Bispo (2009), Estrabão narra alguns conflitos entre romanos e cuxitas. De acordo com o geógrafo os romanos após dominarem as cidades de Pselchis e Premnis, partiram para Napata onde estes enfrentaram forte resistência de Amanishaketo. A Candace foi descrita como “uma espécie de mulher homem zarolha” (BISPO, 2009, p. 9). Claramente uma leitura machista sobre a rainha, porém em nota Bispo rebate essas caracterizações pejorativas:

Os comentários sobre as características físicas da rainha Candace não corresponde aos registros iconográficos da soberana nos sítios arqueológicos do Sudão e com objetos encontrados em sua pirâmide. Os utensílios encontrados nos sepultamentos confirmam a preocupação com a estética e zelo com o corpo, a saber: marcas de antimatônio na pintura dos olhos das mulheres, varetas e recipientes para a substância, vasos de vidro que serviam para armazenar óleos corporais e espelhos. (BISPO, 2009, p. 9)

Cheikh Anta Diop (2014) faz menção à Candace em suas narrativas teóricas, embora de forma superficial e resumida o autor, comenta sobre o caráter bélico que Amanishaketo possuiu, como liderou com maestria os confrontos contra o império romano, porém sem especificar que esses feitos pertenceram à rainha em questão. Sobre a atuação da rainha Núbia, o teórico pontua:

A rainha assumiu, ela mesma, o comando de suas tropas; para dirigi-las, encarregou os soldados romanos, tal como viria a suceder posteriormente com Joana d’Arc, contra o exército inglês. A perda de um olho durante o combate apenas contribuiu para redobrar a sua coragem. Esta resistência heróica impressionou toda a Antiguidade

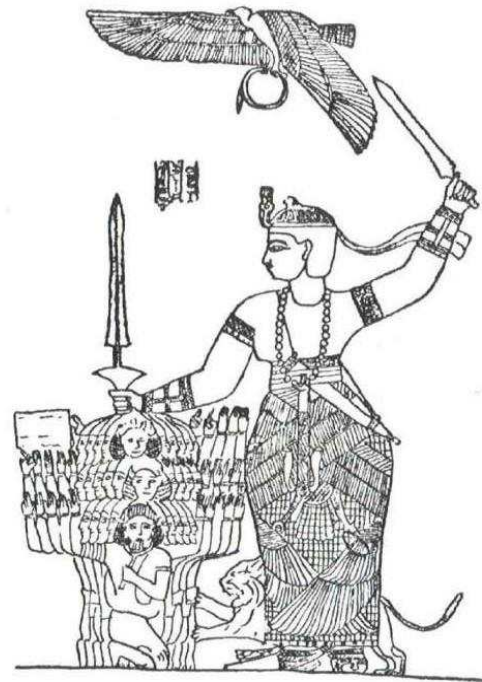
clássica, não pelo fato de a rainha ser negra, mas pelo facto de se tratar de uma mulher: no mundo indo-europeu, ainda não se estava acostumado à ideia de uma mulher a desempenhar um papel político e social. (DIOP, 2014, p. 52-53)



**Fig.7** – Acima, algumas das jóias usadas pelas rainha Núbia Amanishaketo. A mesma ficou conhecida pelos ornamentados tesouros que estavam localizados na sua tumba. De acordo com Mark (2018), o túmulo da Candace assim como os de muitos reis e rainhas de Kush, foram invadidos, destruídos e saqueados pelo explorador/caçador de tesouros Giuseppe Ferlini (1797-1870 d.C.). (Imagem disponível em: <http://gustavoacmoreira.blogspot.com/2013/10/cinco-mitos-sobre-historia-da-africa.html>).

### **3.3.3 Rainha Amanitore**

De acordo com a ordem cronológica das sucessões a rainha Amanitore foi a sucessora da Candace Amanishaketo, o seu reinado se estende de 12 a. C. a 12 d.C. E de acordo com Mark (2018) a rainha governou Méroe no auge das suas atividades comerciais, fazendo do seu mandato um dos mais prósperos e ricos do império, pois a atividade econômica foi bem expressiva.



**Fig.8** – A imagem à esquerda é uma representação da rainha Amanitore no Templo do Leão em Naga (Imagem disponível em: <https://afrolegends.com/tag/amanitore/>).

**Fig.9** Na ilustração é possível (à direita), é possível observar com mais clareza que a rainha está sendo retratada oprimindo e massacrando seus inimigos segurando uma espada com um sinal de poder bélico/militar. (Fonte - DIOP, Cheikh Anta. A Origem da Civilização Africana: Mito ou Realidade. Tradução: Mercer Cook, 1974, p. 190)

Um elemento que Bispo também levanta em suas convicções, é a questão da padronização das representações contidas no interior das pirâmides a respeito das características físicas quando diz:

Nas imagens em templos e pirâmides as Candaces foram representadas com seios fartos e quadris largos que, provavelmente, remetem a um padrão de beleza das mulheres desta sociedade. Também, as representações voluptuosas dos seios e dos quadris indicam sinais de grande fertilidade da Candace, principalmente a mãe e mulher de Méroe. (BISPO, 2009, p.11)

Semelhante à Amanishaketo, Amanitore possui, mediante as suas representações, uma energia bastante militarizada, o que novamente traz o caráter masculino opressor/competitivo que está presente dentro dos modelos nômades, arianos e

patriarcais. A representação justificaria uma necessidade de auto afirmação, ou talvez uma reprodução de conflitos ou de algo que fazia parte do natural da rainha. Se a essência das governantes Candaces forem a natureza belicosa/violenta, como não questionar o caráter matriarcal real dessa civilização?

Talvez fosse uma anomalia que Diop não conseguiu enxergar, o que leva ao autor cair em contradição das suas próprias perspectivas teóricas. Embora que nem todas as rainhas da dinastia Meroíta tenham a predisposição para a guerra como as duas Candaces citadas, no mínimo é válido que seja feito um estudo isolado sobre essas peculiaridades das rainhas de Kush e seus respectivos condicionantes situacionais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos sobre a antiguidade Africana ainda carecem de mais pesquisas e questionamentos, as fontes documentais necessitam serem revisadas. Informações importantes sobre o passado milenar desses povos ainda dormem à sombra de perspectivas alienadas pelo olhar construído a partir da perspectiva ocidental, marcados pela superioridade ariana tão dominante no período colonial, o que torna a tarefa de construir um conhecimento alheio às interpretações patriarcais sobre essas civilizações, uma tarefa muito cautelosa.

A Egiptologia é um exemplo da ação das perspectivas ocidentalizadas reunidas em um objetivo científico, que, de acordo com Chekh Anta Diop (1974) promove o afastamento do Egito das metodologias africanistas. A Egiptologia foi uma grande responsável por estabelecer o deslocamento da civilização do seu berço africano, colocando no imaginário popular que o Egito foi concebido, colonizado e povoado por indivíduos caucasianos.

Sobre os discursos voltados aos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade egípcia, ainda há desencontros nas diversas perspectivas teóricas sobre a importância da participação feminina (seus ofícios, atribuições religiosas e sociais) na constituição da civilização. A “igualdade” é uma questão que levanta debate sobre as relevâncias destinadas ao masculino, por mais que mulheres e homens perante à ordem cósmica e social fossem “iguais” (com base no Papiro de Ani), a sua prática se revela

diferente, quando fazemos o quadro comparativo dos cargos administrativos e de maior relevância social, os homens possuem maior predominância.

No entanto, deve-se ter em mente que as representações foram feitas pelos escribas, homens da elite que produziram suas inscrições a partir da sua perspectiva social, tanto dos homens como das mulheres. Porém é notório o quanto as mulheres egípcias detinham maior liberdade e poder se comparadas às outras mulheres das civilizações vizinhas. Essa narrativa é proeminente também quando observamos a civilização cuxita, em que as mesmas exerceram forte influência social.

Com exceção da realeza, onde as mulheres apresentaram comportamentos diferentes se comparados ao de uma mulher egípcia comum, as pertencentes às camadas sociais mais baixas eram responsáveis pela educação dos filhos e eram conhecidas como “Senhoras do Lar”, ainda exerciam ofício de dançarinas, fabricação de cerâmicas, “Moças da Alegria”, sacerdotisas, fabricação de cerveja, pão e perfumes. Dados esses, que mostram a participação ativa na sociedade, são relevantes para a construção de uma análise mais profunda da influência social exercida pelas mulheres.

Os valores e importância da condição maternal, são nortes sagrados advindos das narrativas mitológicas, Ísis, Hathor foram deusas que modelaram as noções de comportamento feminino. Ísis foi referência para o comportamento materno, já que educou e cuidou do seu filho Hórus, na ausência do seu esposo e irmão Osíris, até que atingisse o maior idade e ocupasse o trono do Egito. Tanto para as camadas baixas como para a realeza, Ísis era sinônimo poderoso de mãe e esposa, e era o verdadeiro espelho para os moldes sociais egípcios.

As interpretações mais aprofundadas sobre a condição da mulher egípcia, deixam dúvidas sobre as reais atribuições dedicadas ao feminino, muito em virtude de um visão limitada extraída das perspectivas dos escribas. Mas também deve-se levar em consideração que, os primeiros historiadores e egiptólogos foram homens europeus, dominados por uma lógica patriarcal, e interessados em registrar os feitos de outros grandes homens para a história. A mulher não era o objetivo, e quando retratada, foi de forma secundária, quanto aos seus feitos e imagem.

Em virtude desse processo de seleção histórica, pouco se sabe sobre o que foi primeiramente encontrado, e o que pode ter sido, num primeiro momento, descartado pelos pesquisadores em suas buscas iniciais. Por esse motivo, os estudos de Cheikh Anta Diop, foram necessários para questionar tudo o que já havia sido construído. A base do matriarcado estudado pelos antropólogos Engels, Morgan e Bachofen, eram perspectivas que se consagraram universais e incontestáveis.

A proposta de repensar o lugar do negro e sua cultura no mundo, sempre foi encarada (criticada) como uma tentativa desesperadora de reescrever os fatos historiográficos. Tanto que Diop é considerado o criador do afrocentrismo, e é creditado por muitos dos seus revisionistas como um teórico emocionado pelos seus ideais. Porém, quando se defende que o berço civilizacional se encontra na mesopotâmia, por que as evidências que tentam comprovar essa linha teórica não são consideradas experiências romantizadas/emocionadas? Por quê que quando falamos em rever a linha cronológica, e repensar seus agentes modeladores, há um bloqueio pelos intelectuais?

Quando o matriarcado foi redimensionado, vários teóricos africanos e estrangeiros, construíram suas narrativas inspiradas nas convicções de Cheikh Anta Diop, pois o mesmo foi responsável por reforçar as singularidades que a o continente possui enquanto cultura, e resgatou o Egito para o seu real berço civilizacional, o berço africano. Condenar as escolhas tomadas pelo teórico é o mesmo que criticar os pesquisadores europeus que alinharam sua cultura ao berço de origem greco-romana.

Distante de tentar colocar a mulher como um protagonista de um modelo cultural, Diop se encontra em um período em que esses discursos de feminismo e gênero não eram utilizados. O pensamento do matriarcado segundo o autor, é baseado no equilíbrio e harmonia entre homens e mulheres, noções de amor, benevolência, diplomacia, respeito mais adjetivos regravam o conceito disseminado pelo teórico, assim como as diretrizes matrilineares que organizavam os princípios de sucessão na realeza egípcia por exemplo, tal qual as narrativas mitológicas apresentavam.

É válido que Diop identifique em seus estudos falhas relacionadas aos seus objetos de pesquisa. Nas ditas “anomalias”, experiências como as das rainhas: Hatshepsut e Cleópatra VII, são narrativas alheias ao matriarcado, porém em virtude de uma larga

expansão dos estudos feministas ocidentais, ambas as rainhas citadas, são exemplos natos de empoderamento e força feminina. O que mostra o quanto as perspectivas do teórico eram distantes desses valores sociais/políticos ocidentais.

Em diálogo com autores contemporâneos (ocidentais e africanos), foi interessante observar o quanto as dinâmicas movidas pelos estudos iniciados por Diop, mesmo que indiretamente, se perpetuam até hoje. Por mais que as interferências feitas pelos estudos ocidentais tenham construído uma base para se pensar a cultura do Egito, a exemplo das rainhas citadas, que sofreram várias interpretações de seus feitos com o decorrer do tempo; é muito gratificante ver que essas mulheres não são tão mais estudadas pela perspectiva do fenômeno ou mesmo do poder.

Encarar os feitos grandiosos de mulheres em qualquer civilização que seja enquanto algo excepcional é passível de descaracterização dos seus hábitos e cultura. Pois é como se considerássemos aqueles feitos, enquanto acontecimentos anormais e isolados de todo um contexto que, como bem sabe-se, é ininterrupto. Ao nos depararmos com a dinastia de Méroe na Núbia, temos uma leva de rainhas soberanas que ascenderam legitimamente, mesmo que não se sabe muito sobre suas reais condições a respeito de suas respectivas ascensões ao trono, não podemos destacar esse processo enquanto algo fora do comum.

Não é regra que apenas homens governem um país/nação/império. Esse estereótipo foi criado pelo modelo patriarcal, que reserva à mulher um lugar subalterno ao homem. Essa visão por exemplo, não foi diferente da que os intelectuais romanos tiveram ao se depararem com os relatos da grande rainha Núbia Amanishaketo que submeteu as tropas enviados pelo imperador Augusto. O que nos resta é conceber quaisquer que sejam as experiências de poder vividas por mulheres, não só no continente africano, mas em qualquer lugar do mundo, enquanto resultantes de processos naturais (ainda que marcado por dominação, usurpação de poder).

Vimos as experiências vividas por Hatshepsut e o quanto suas decisões moldaram consequências para o caos cósmico e mostraram o quanto os estigmas de poder eram relativos no Egito antigo. Abordamos também as experiências de Cleópatra que foi refém de um casamento com seus irmãos, e o quanto suas atitudes conspiratórias e sedutoras

fizeram da mesma uma figura a margem do matriarcado, que independente do poder que detinha, não mais estava inserida na ordem cósmica que tanto proporcionou estabilidade para o país por durante gerações. E por fim vimos o quanto as rainhas Candaces foram mulheres que marcaram a história com seus feitos, porém podem estar à deriva de um estudo mais aprofundado sobre suas raízes matriarcais.



## REFERÊNCIAS

ALI HAKEM, A. M.; HRBEK, I; J. VERCOUTTER, J. **A civilização de Napata e Méroe.** In: MOKHTAR, G. (Org.). *História geral da África, II: África antiga.* Brasília: UNESCO, 2010, p. 297-331.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível – A Educação escolarizada feminina e o Magistério** (p. 55-85). São Paulo: UNESP, 1998.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Fatos e Mitos do Egito Antigo.** 3ª ed., EDIPUCRS, Porto Alegre, 2009.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. **O Feminismo e a Igualdade de Gênero no Antigo Egito: Uma Utopia da Emancipação Feminina.** XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. **O Corpo Ideal: um estudo sobre o Feminino na Arte Régia do Reino Novo (cc. 1550 – 1070 a.C.).** Nearco – Revista Eletrônica de Antiguidade, nº 8. Rio de Janeiro, 2011.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. **A(s) Cleópatra(s) de Plutarco: As Múltiplas Faces da Última Monarca do Antigo Egito das Vidas Paralelas.** UFPR, Curitiba, 2013.

BARBOSA, Muryatan. **Eurocentrismo, História e História da África.** Sankofa, nº I, jun. 2008.

BISPO, Cristiano. **Candaces: dois discursos, duas representações.** NEArco: Revista Eletronica de Antiguidade UERJ. Rio de Janeiro, 2009.

CAMARA, Giselle Marques. **Maat o Princípio Ordenador do Cosmo Egípcio: Uma reflexão sobre os princípios encerrados pela deusa no Reino Antigo (2686-2181 a.C.) e no Reino Médio (2055-1650 a.C.).** Niterói, 2011. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Arte Canônica Egípcia: Regras Básicas para Relevos e Desenhos.** Texto inédito, s/d.

CHAMPOLLION, Figeac. **Egypte ancienne**, Paris: Coleção I'Univers, 1839.

CUNHA, Sonia e GONÇAVES, José. **Cuxe: o resgate histórico de um antigo reino núbio**. In: Dia a dia e Educação – Governo Federal.

DIOP, Cheikh Anta. **Unidade Cultural da África Negra: esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica**. Lisboa: Editora Pedagogo, 2014.

DIOP, Cheikh Anta. **A Origem da Civilização Africana: Mito ou Realidade**. Tradução: Mercer Cook, 1974.

ÉVANO, Brigitte. **Contos e Lendas do Egito Antigo**. Tradução de Eduardo Brandão; ilustrações de Marcelino Truong. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org) **SANKOFA I: A Matriz Africana no Mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OYEWUMI, Oyeronke. **La Invención de las Mujeres: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. En la Frontera, Traducción de Alejandro Montelongo González. Bogotá, 2017.

PRATAS, Gloria Maria D. L. **Trabalho e Religião: o Papel da Mulher na Sociedade Faraônica**. Mandragora, v. 17, n. 17, p. 157-173, 2011.

SANTANA, Jéssica Ladeira. **A representação do Egito e da Etiópia Antiga na Geografia, Livro XVII, de Estrabão**. UFES, 2019.

SANTOS, Poliane Vasconi. **A Mulher e a Instituição do Casamento no Egito Antigo: da Liberdade às Restrições Morais**. XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Londrina, 2005.

SCHIFF, Stacy. **Cleópatra: uma biografia**. Tradução José Rubens Siqueira: Zahar, Rio de Janeiro, 2011.

SCHOLL, Camille Johan. **Matriarcado e África**: a produção de um discurso por intelectuais africanos – Cheikh Anta Diop e Ifi Amadiume. UFRGS: Porto Alegre, 2016.

SCOVILLE, Princila. **As Mulheres do Faraó**: análises da influência das rainhas Tiye e Nefertiti durante o regime de Amenhotep IV/Akhenaton (c. 1352 - 1336 AEC). UFPR, Curitiba, 2014.

SHERIF, Nagm-El-Din Mohamed. **A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã)**. In: MOKHTAR, G. (Org.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 235-272.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. **Lutas e Formas de Organização Feminina em África**: considerações sobre Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde. *Revista de Políticas Públicas*, p. 969-985, 2018.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **História Geral da África**: Síntese da Coleção Pré-História ao século XVI. UNESCO/BRASIL MEC BRASIL UFSCar. Brasília, 2013.

SOUSA, Aline Fernandes de. **A Mulher-Faraó**: representações da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação (Egito Antigo – século XV a.C.), UFF. Niterói, 2010.

SOUSA, Aline Fernandes. **O Papel das Mulheres na Sociedade Faraônica**: a igualdade em discussão. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. PPGH-UFF, 2008.

SILIOTTI, Alberto. **Egito: Grandes Civilizações do Passado**. Editora Folio, 2006.

## Sites

(S/n). **Direito Comparado**: Uma Análise Comparativa Acerca Do Direito No Egito Antigo E O Direito Nos Dias Atuais. Equipe Âmbito Jurídico, 2016.

Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-150/direito-comparado-uma-analise-comparativa-acerca-do-direito-no-egito-antigo-e-o-direito-nos-dias-atuais/>

MARK, Joshua J. **As Candaces de Méroe**. Artigo publicado em 19 de março de 2018.

Disponível em: <https://edukavita.blogspot.com/2016/06/centurion-origens-e-historia.html>

(S/n). **Estátua da rainha e príncipe de Meroë**. Museums For Intercultural Dialogue, UNESCO (s/d). Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/museum-for-dialogue/item/en/84/statue-of-queen-and-prince-of-meroe>